

**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**

**Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de três de meses findo em 31 de março de 2012 e relatório de revisão dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias**

## MARFRIG ALIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de três de meses findo em 31 de março de 2012 e relatório de revisão dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

## CONTEÚDO

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 5 - Demonstração dos valores adicionados

Quadro 6 - Demonstração dos resultados abrangentes

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas



## RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **MARFRIG ALIMENTOS S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2012, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias Individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias apresentadas de forma condizente com as normas contábeis adotadas no Brasil.

### **Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas demonstrações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

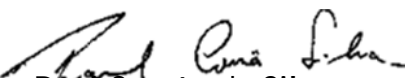
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 25 de março de 2012 e 13 de maio de 2011, respectivamente, que não continham modificação.

São Paulo, 14 de Maio de 2012.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

  
Raul Corrêa da Silva  
Contador CRC 1SP 079028/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11		31/03/12	31/12/11		
<b>ATIVO</b>										
<b>Circulante</b>						<b>PASSIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	619.503	422.367	1.211.295	1.076.820	Fornecedores	267.527	344.484	2.521.147	2.783.120
Aplicações Financeiras	5	947.612	877.065	2.109.833	2.400.140	Pessoal, encargos e benefícios sociais	49.634	50.507	476.932	483.685
Valores a receber - clientes nacionais	6	148.050	193.588	1.075.827	1.032.510	Impostos, taxas e contribuições	20.757	23.398	161.846	171.246
Valores a receber - clientes internacionais	6	122.998	187.634	249.398	270.396	Empréstimos e financiamentos	1.011.985	900.473	2.625.317	2.277.035
Estoques de produtos e mercadorias	7	473.643	533.513	2.530.387	2.526.827	Títulos a pagar	316.389	237.583	398.572	434.158
Ativos biológicos	8	33.393	25.609	697.952	711.169	Arrendamentos a pagar	2.785	3.970	54.584	59.911
Impostos a recuperar	9	487.108	467.002	1.107.206	1.025.496	Dividendos a pagar	-	412	-	412
Despesas do exercício seguinte		11.291	6.143	102.078	85.689	Juros sobre o capital próprio	-	14.465	-	14.465
Títulos a receber	10	455.135	405.193	19.397	28.362	Debêntures a pagar	199.400	-	199.400	-
Adiantamentos a fornecedores		17.833	17.179	36.650	33.166	Juros sobre debêntures	197.657	180.299	197.657	180.299
Outros valores a receber		12.901	19.954	170.108	168.538	Antecipações de clientes	84.888	84.350	116.610	106.918
						Outras obrigações	8.735	14.706	167.739	161.850
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.329.467</b>	<b>3.155.247</b>	<b>9.310.131</b>	<b>9.359.113</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.159.757</b>	<b>1.854.647</b>	<b>6.919.804</b>	<b>6.673.099</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras	5	100	100	897	897	Empréstimos e financiamentos	4.170.691	4.205.854	8.239.795	8.326.043
Depósitos judiciais		24.491	23.375	26.337	24.901	Impostos, taxas e contribuições	81.038	78.921	248.185	244.048
Títulos a receber	10	1.510.259	1.594.075	31.517	37.912	Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.036	128.737	1.376.585	1.415.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	742.547	721.548	1.489.040	1.443.536	Provisões para contingências	12.055	12.055	210.660	188.725
Impostos a recuperar	9	618.731	618.731	1.222.082	1.188.552	Arrendamentos a pagar	4.087	4.756	235.485	242.823
Outros valores a receber		5.278	5.341	80.998	85.294	Debêntures a pagar	395.205	593.951	395.205	593.951
		2.901.406	2.963.170	2.850.871	2.781.092	Títulos a Pagar	653.211	651.745	5.676	30.537
						Outros	-	-	199.719	210.018
Investimentos	12	4.636.335	4.728.944	13.528	13.195	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.429.323</b>	<b>5.676.019</b>	<b>10.911.310</b>	<b>11.251.821</b>
Imobilizado	13	1.478.662	1.448.238	7.026.302	7.095.302	<b>Patrimônio líquido</b>				
Ativos biológicos	8	-	-	214.005	219.783	Capital social	4.061.478	4.061.478	4.061.478	4.061.478
Intangível	14	968.430	968.775	4.297.248	4.354.956	(-) Gastos com emissão de ações	(74.960)	(74.960)	(74.960)	(74.960)
		7.083.427	7.145.957	11.551.083	11.683.236	Reserva de Capital	2.460.085	2.460.085	2.460.085	2.460.085
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.984.833</b>	<b>10.109.127</b>	<b>14.401.954</b>	<b>14.464.328</b>	Debêntures conversíveis em ações	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
						Encargos na emissão de debêntures conversíveis	(20.693)	(20.693)	(20.693)	(20.693)
						Aquisição de ações em controladas	(19.222)	(19.222)	(19.222)	(19.222)
						Reservas de lucros	31.552	38.122	31.552	38.122
						Reserva legal	44.476	44.476	44.476	44.476
						Retenção de Lucros	7.348	7.348	7.348	7.348
						Ações em tesouraria	(20.272)	(13.702)	(20.272)	(13.702)
						Outros resultados abrangentes	429.804	508.844	429.804	508.844
						Ajuste de avaliação patrimonial	(65.018)	(51.359)	(65.018)	(51.359)
						Ajuste acumulado de conversão	494.822	560.203	494.822	560.203
						Prejuízos Acumulados	(1.182.739)	(1.259.861)	(1.182.739)	(1.259.861)
						<b>Patrimônio líquido de controladores</b>	<b>5.725.220</b>	<b>5.733.708</b>	<b>5.725.220</b>	<b>5.733.708</b>
						Participação de não controladores	-	-	155.751	164.813
						<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.725.220</b>	<b>5.733.708</b>	<b>5.880.971</b>	<b>5.898.521</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.314.300</b>	<b>13.264.374</b>	<b>23.712.085</b>	<b>23.823.441</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>13.314.300</b>	<b>13.264.374</b>	<b>23.712.085</b>	<b>23.823.441</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

## QUADRO 2

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	966.503	1.067.893	5.232.539	5.252.145
Custo dos produtos vendidos	25	(687.657)	(840.209)	(4.429.253)	(4.523.377)
LUCRO BRUTO		278.846	227.684	803.286	728.768
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(281.069)	(219.325)	(828.387)	(748.778)
Comerciais	25	(66.226)	(66.715)	(362.701)	(351.115)
Administrativas e gerais	25	(49.129)	(42.318)	(211.007)	(195.907)
Resultado com equivalência patrimonial		(49.493)	(43.532)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		20.958	6.921	(5.190)	(22.846)
Resultado financeiro	26	(137.179)	(73.681)	(249.489)	(178.910)
Receitas financeiras		35.437	134.720	85.648	143.851
Variação cambial ativa		140.450	91.037	217.314	93.066
Despesas financeiras		(247.286)	(284.581)	(429.802)	(370.581)
Variação cambial passiva		(65.780)	(14.857)	(122.649)	(45.246)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.223)	8.359	(25.101)	(20.010)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(2.223)	8.359	(25.101)	(20.010)
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.699	15.143	54.388	45.225
Imposto de renda	32	26.985	11.135	42.575	34.193
Contribuição social	32	9.714	4.008	11.813	11.032
RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		34.476	23.502	29.287	25.215
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A:					
Marfrig Alimentos - participação do acionista controlador		34.476	23.502	34.476	23.502
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(5.189)	1.713
		34.476	23.502	29.287	25.215
Lucro básico por ação - ordinária		0,10	0,07	0,10	0,07

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 3

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores										Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes			Prejuízos acumulados				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.061.478	(74.960)	2.468.450	44.476	7.348	(7.348)	109.423	307.565	(563.144)	6.353.288	6.353.288	143.125	6.496.413	
Encargos na emissão de debêntures conversíveis	-	-	(8.365)	-	-	-	-	-	-	(8.365)	(8.365)	-	(8.365)	
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(111.487)	-	-	(111.487)	(111.487)	22.359	(89.128)	
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	252.638	-	252.638	252.638	-	252.638	
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	(49.295)	-	49.295	-	-	-	-	
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(6.354)	-	-	-	(6.354)	(6.354)	-	(6.354)	
(Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(746.012)	(746.012)	(746.012)	(671)	(746.683)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	4.061.478	(74.960)	2.460.085	44.476	7.348	(13.702)	(51.359)	560.203	(1.259.861)	5.733.708	5.733.708	164.813	5.898.521	
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	28.987	-	-	28.987	28.987	(3.873)	25.114	
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	(65.381)	-	(65.381)	(65.381)	-	(65.381)	
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	(42.646)	-	42.646	-	-	-	-	
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(6.570)	-	-	-	(6.570)	(6.570)	-	(6.570)	
Lucro líquido no período	-	-	-	-	-	-	-	-	34.476	34.476	34.476	(5.189)	29.287	
EM 31 DE MARÇO DE 2012	4.061.478	(74.960)	2.460.085	44.476	7.348	(20.272)	(65.018)	494.822	(1.182.739)	5.725.220	5.725.220	155.751	5.880.971	

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 4

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO	34.476	23.502	34.476	23.502
Itens de resultado que não afetam o caixa	168.095	171.886	389.110	417.596
Depreciação	17.354	17.398	121.716	116.780
Amortização	522	-	64.596	61.616
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(5.189)	1.713
Provisão para contingências	-	-	2.149	(1.687)
Tributos diferidos	(36.699)	(15.144)	(55.841)	(41.486)
Resultado com equivalência patrimonial	49.493	43.532	-	-
Variação cambial sobre financiamentos	(138.456)	(72.792)	(153.356)	(77.010)
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	63.786	(3.388)	58.691	45.440
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	106.316	109.928	214.005	176.208
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	2.610	7.403	5.816	10.090
Despesas de juros sobre debêntures	100.146	90.794	100.146	90.794
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	2.627	(5.845)	2.627	(5.845)
Baixa do ativo permanente	396	-	33.750	40.983
Mutações patrimoniais	95.617	(1.011.424)	(564.931)	(800.803)
Contas a receber de clientes	110.712	(11.843)	(34.783)	6.747
Estoques e ativo biológico corrente	52.085	(100.454)	(20.850)	(284.104)
Depósitos judiciais	(1.116)	(6)	(1.451)	4.797
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(873)	(4.144)	(978)	1.225
Fornecedores	(77.610)	(51.613)	(231.299)	56.376
Tributos correntes e diferidos	(20.631)	(113.264)	(121.768)	(233.784)
Títulos a receber e a pagar	120.867	(745.920)	(57.837)	(206.794)
Outras contas ativas e passivas	(87.817)	15.820	(95.965)	(145.266)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	298.188	(816.036)	(141.345)	(359.705)
Atividades de investimentos				
Investimentos	(1)	-	(680)	-
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(48.174)	(29.159)	(189.489)	(278.359)
Aplicações no ativo intangível	(177)	986	(1.308)	(5.629)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(48.352)	(28.173)	(191.477)	(283.988)
Atividades de financiamentos				
Dividendos / JSCP Pagos no exercício	(14.877)	(61.936)	(14.877)	(61.936)
Debêntures	654	592.643	654	592.643
Juros liquidados Debêntures	(62.759)	-	(62.759)	-
Empréstimos e financiamentos	108.490	(314.581)	321.384	(558.371)
Empréstimos obtidos	323.542	207.794	1.443.914	860.724
Empréstimos liquidados	(215.052)	(522.375)	(1.122.530)	(1.419.095)
Arrendamento a pagar	(7.091)	(18.823)	(17.566)	(18.102)
Arrendamentos obtidos	-	-	6.398	13.384
Arrendamentos liquidados	(7.091)	(18.823)	(23.964)	(31.486)
Ações em tesouraria	(6.570)	1.366	(6.570)	1.366
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	17.847	198.669	220.266	(44.400)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(43.276)	(25.068)
Fluxo de caixa do período	267.683	(645.540)	(155.832)	(713.161)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	1.567.115	1.608.480	3.321.128	3.163.195
Saldo inicial	1.299.432	2.254.020	3.476.960	3.876.356
Variação no período	267.683	(645.540)	(155.832)	(713.161)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 5

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2011
RECEITAS	960.308	1.073.194	5.229.920	5.295.779
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	966.503	1.067.893	5.232.539	5.252.145
Outras Receitas	-	652	72.390	39.527
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	(6.195)	4.649	(75.009)	4.107
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	437.447	476.128	3.747.514	3.918.792
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	321.849	355.602	2.124.515	2.790.841
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	115.598	120.526	1.553.011	1.004.322
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	69.988	123.629
VALOR ADICIONADO BRUTO	522.861	597.066	1.482.406	1.376.987
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	17.876	17.398	186.312	178.396
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	504.985	579.668	1.296.094	1.198.591
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	126.394	182.225	298.219	238.176
Resultado de equivalência patrimonial	(49.493)	(43.532)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial ativa	175.887	225.757	302.963	236.917
Outros	-	-	(4.744)	1.259
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>631.379</b>	<b>761.893</b>	<b>1.594.313</b>	<b>1.436.767</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>631.379</b>	<b>761.893</b>	<b>1.594.313</b>	<b>1.436.767</b>
Pessoal	76.523	135.760	550.284	515.095
Remuneração direta	61.532	110.528	427.502	366.068
Benefícios	10.131	15.203	113.289	108.834
F.G.T.S	4.860	10.029	9.493	40.193
Impostos, taxas e contribuições	128.064	226.561	355.846	448.995
Federais	74.452	170.222	245.541	357.214
Estaduais	53.603	56.339	108.296	89.630
Municipais	9	-	2.009	2.151
Remuneração de capitais de terceiros	392.316	376.070	658.896	449.175
Juros	388.159	358.622	630.048	379.804
Aluguéis	4.157	17.448	28.848	69.371
Remuneração de Capitais Próprios	34.476	23.502	29.287	23.502
Lucros retidos/Prejuízo do período	34.476	23.502	34.476	21.789
Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	(5.189)	1.713

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

## QUADRO 6

### MARFRIG ALIMENTOS S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO	34.476	23.502	29.287	25.215
Varição cambial sobre os investimentos líquidos	28.987	(63.560)	28.987	(63.560)
Varição cambial sobre conversão de balanço	(65.381)	(21.673)	(65.381)	(21.673)
	<u>(36.394)</u>	<u>(85.233)</u>	<u>(36.394)</u>	<u>(85.233)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(1.918)</u>	<u>(61.731)</u>	<u>(7.107)</u>	<u>(60.018)</u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(1.918)	(61.731)	(1.918)	(61.731)
Participação dos acionistas não controladores			(5.189)	1.713

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

## MARFRIG ALIMENTOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Alimentos S.A., companhia de capital aberto tem como objetivo: (i) produção de produtos alimentícios, e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves e (ii) industrialização, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Seu capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2012 era constituído de 346.983.954 ações ordinárias. Em 31 de março de 2012, 164.422.038 ações ou 47,39% do capital social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações S.A. e seus sócios. Na mesma data o "freefloat" era de 182.561.916 ações em circulação, o que representava 52,61% do capital social total da Companhia. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa (o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro), o IBRX-50 (carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez) e o ICO2 (carteira teórica composta por companhias que adotaram práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa). As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil - IBRX; Índice Valor Bovespa - IVBX-2; Índice Small Cap - SMLL, Índice MidLarge Cap - MLCX; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG e Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC.

As posições, patrimonial e financeira, da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizadas de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias profissionalizadas, e segmentados em:

- MARFRIG BEEF - Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizadas na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e uma trading localizada na Europa;
- SEARA FOODS - Aves, Suínos e produtos elaborados e processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

#### SEGMENTO DE NEGÓCIOS - MARFRIG BEEF (BOVINOS, OVINOS E COURO)

- Bovinos Brasil:
  - Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) - composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizadas no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 confinamento, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 Centros de Distribuição no Estado de São Paulo;
  - MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., composta por 14 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos e 3 unidades de industrialização de carne bovina, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rondônia - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detém 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Marfrig Overseas Ltd (Ilhas Cayman), empresa constituída para fins de captação de recursos no exterior pela emissão de "Notes" - a participação da Marfrig é de 100%.
  - Marfood USA Inc. (EUA), produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano, detentora da marca Pemmican - a participação da Marfrig é de 100%;
  - MFG Agropecuária Ltda. - explora a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 9 plantas de confinamento. - a participação da Marfrig é de 99,99%;
  - MFG Comercializadora de Energia Ltda. - explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica. - a participação da Marfrig é de 99,99%;

- Bovinos Internacional (Argentina, Uruguai, Chile e Europa):
  - Quickfood S.A. (Argentina) é uma companhia de capital aberto, registrada na comissão de valores da Argentina, detentora da marca PATY, produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 5 plantas de abate, 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina e 1 fábrica de legumes e vegetais congelados, a participação da Marfrig é de 90,05%. Em 1º de maio de 2011 as empresas Argentine Breeders & Packers S.A, Best Beef S.A e Mirab S.A. foram incorporadas pela Quickfood S.A. Com esta operação a Estância Del Sur S.A, passou a ser controlada diretamente pela Quickfood S.A., que agora detém 99,96% de participação;
  - Marfrig Argentina S.A é uma companhia de capital fechado, registrada na comissão de valores da Argentina, que tem como objeto social (i) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não; (ii) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral; (iii) compra e venda de bovinos em pé; (iv) exploração de atividade agropecuária; (v) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (vii) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral. - a participação da Marfrig é de 99%;
  - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - a participação da Marfrig é de 93,69%;
  - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Marfrig Chile S.A. (Chile) que opera uma unidade de desossa de carne e uma *trading*, ambas no mercado chileno - a participação da Marfrig é de 99,47%. A Marfrig Chile incorporou em 21 de dezembro de 2009 as empresas Quinto Cuarto S.A. e PBP Chile Limitada, as quais eram suas subsidiárias. Ainda, a Marfrig Chile S.A detém 100% do Frigorífico Patagonia S.A. (Chile), que opera um frigorífico de cordeiros na Patagônia;
  - Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A. (Uruguai), que opera um frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade de Colonia - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Columbus Netherlands B.V. (Holanda) - participação da Marfrig é de 100%, a qual detém 59,17% da empresa Gideny S.A., que é a holding que controla 100% do Grupo Zenda, que opera no Uruguai na industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China;

- Weston Importers Ltd. (Reino Unido), trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd. (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas. - a participação da Marfrig é de 100%;

#### SEGMENTO DE NEGÓCIOS - SEARA FOODS (AVES, SUÍNOS E PRODUTOS ELABORADOS E PROCESSADOS)

- SEARA BRASIL:

- Seara Holdings (Europe) B.V., que detém 99,9% da Babicora Holding Participações Ltda., a qual detém 99,9% da Seara Alimentos S.A (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia - a participação da Marfrig é de 100%;
- Secculum Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99,99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99,99%, empresas que em conjunto detém 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e uma unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
  - DaGranja Agroindustrial Ltda. - a participação indireta da Mabella é de 94%;
  - Braslo Produtos de Carnes Ltda. - a participação da Mabella é de 99,99%;
  - MAS Frangos Participações Ltda. - a participação da Mabella é de 100%, a qual detém 100% da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.;
  - Penasul Alimentos Ltda. - a participação da Mabella é de 100%;

A operação de frango é formada por 7 plantas de abate de aves e 7 unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

- MBL Alimentos S.A., empresa que opera na criação de suínos - a participação da Mabella é de 100%;

As operações de aves e suínos - Brasil - produzem e comercializam produtos com as marcas Seara, Mabella, Pena Branca e DaGranja, sendo as duas últimas de titularidade da Marfrig Alimentos S.A.

- Internacional (Moy Park, Kitchen Range e Keystone):
  - Marfrig Holdings (Europe) - B.V. (Holanda),

- Detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited -Empresa com sede na Irlanda do Norte, que detém 100% das empresas Moy Park Group (Irlanda do Norte) e Kitchen Range Foods Ltd. (Inglaterra), que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda;
- Detém 100% da MFG (USA) Holdings Inc., que detém os ativos da Keystone nos Estados Unidos, que em conjunto com as demais unidades da Keystone, atuam globalmente na área de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal "Food Services";

- Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.:

A Marfrig Alimentos S/A detém os ativos da Keystone na Europa e na Ásia através da subsidiária Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.. Ambas as operações atuam nas áreas de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal "Food Services";

As divisões da Keystone dos Estados Unidos, Europa e Ásia em conjunto atendem mais de 28.000 restaurantes em 14 países, incluindo: EUA, Europa (França e Reino Unido), Ásia (China, Tailândia, Malásia e Coréia do Sul), Austrália, Nova Zelândia e Oriente Médio (Emirados Árabes, Kuwait, Bahrain, Qatar e Oman);

Referente ao fato relevante anunciado em 20 de março de 2012, juntamente com a BRF - Brasil Foods S.A., em complemento ao Fato Relevante divulgado em 08 de dezembro de 2011, a assinatura de um Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças, estabelecendo os principais termos e condições para a transação de determinados ativos oriundos do TCD - Termo de Compromisso de Desempenho e os seguintes ativos da Companhia:

- a) Participação acionária equivalente a 90,05% do capital social da Quickfood, sociedade sediada na Argentina, a qual detém os direitos sobre a marca *Paty*, líder de mercado de hambúrguer argentino;
- b) Transferência da propriedade da planta de abate bovino Frigorífico San Jorge, localizado na província de Santa Fe - Argentina;
- c) Transferência das operações comerciais com a marca *Paty* no Uruguai e no Chile;

Devido ao fato de a Companhia e a BRF não terem concluído a elaboração de todos os laudos de avaliação a valor justo dos ativos envolvidos na transação, até a data de publicação destas informações trimestrais, nenhum ajuste e nenhuma reclassificação foram registrados nas informações trimestrais do exercício findo em 31 de março de 2012.

A transação visa o fortalecimento da posição da marca SEARA no mercado interno brasileiro, dobrando sua capacidade de produção de elaborados e processados, aumentando seu market share e permitindo que seus produtos cheguem a um número ainda maior de consumidores, com qualidade, segurança e agilidade.

A implementação da transação está sujeita à aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

## 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

#### Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *IASB*.

#### Informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC e estão sendo publicadas juntamente com as informações trimestrais consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas do Grupo e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

As informações trimestrais individuais e consolidadas finda em 31 de Março de 2012 foram devidamente aprovadas pela administração da Companhia no dia 14 de Maio de 2012.

### 2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As informações trimestrais individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações trimestrais individuais e consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

#### 2.2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

##### *Moeda funcional e de apresentação*

As informações trimestrais de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Alimentos S.A.

##### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### *Empresas do grupo*

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das informações trimestrais consolidadas;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;  
e
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das informações trimestrais são as seguintes:

##### 3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

- Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das informações trimestrais consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre controladora e suas controladas incluindo os lucros não realizados nos estoques.

- Receita e Despesa Financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.1.2. Relatórios por Segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme CPC 22. O principal tomador de decisões operacionais foi identificado como a equipe da administração, incluindo o Diretor Executivo, o Diretor de Operações e o Diretor Financeiro.

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a proteína animal, sendo (i) bovinos, ovinos e couros e, (ii) aves, suínos e produtos elaborados e processados, que atendem os parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme nota explicativa nº 29.

Dentro do segmento de aves, suínos e produtos elaborados e processados existe a atividade de serviços de distribuição nos mercados internacionais, o qual não está sendo divulgada em segmento separado devido não atender os critérios quantitativos para apresentação como tal.

### 3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- determinação do valor justo de ativos biológicos;
- perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- provisão para obsolescência dos estoques;

- imposto de renda e contribuição social diferido ativo;
- provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- plano de opção de compra de ações - *stock option plan*; e
- ajuste a valor presente.

#### 3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos Financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo e são instrumentos derivativos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, sendo o seu valor justo determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das informações trimestrais. No reconhecimento inicial, são classificados como outros ativos e/ou passivos financeiros com contrapartida no resultado nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

### 3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de informações trimestrais, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 3.1.6. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- Aplicação financeira

As aplicações financeiras representam os investimentos cujo vencimento supera o prazo de 90 dias a contar da data de sua respectiva contratação.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

- Investimentos

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

- Arrendamentos

- Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme CPC 06 (R 1).

- Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 18.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

### 3.1.7. Ativo biológico

Conforme CPC 29, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos, aves e suínos vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com o CPC 29, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves e suínos são valorizados pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves e suínos.

### 3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. O ágio é alocado no reconhecimento inicial a cada uma das CGUs do Grupo que se espera serem beneficiadas das sinergias da combinação que ocasionou o ágio.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

### 3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 3.1.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que não haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 27.5.

### 3.1.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM nº 599/09 - Tributos sobre Lucro ("CPC 32"), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de :

- reconhecimento inicial do ágio;
- reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável; e

- investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das informações trimestrais e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável; ou
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

### 3.1.13. Dividendos e Juros sobre capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às informações trimestrais, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

### 3.1.14. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - Resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

#### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de

ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação não gera diferença material entre o lucro (prejuízo) básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 28.

### 3.1.15. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia utilizada pela Companhia para remuneração dos acionistas (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 9,50% a.a. em 31 de março de 2012 (10,32% a.a. para 31 de dezembro de 2011).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

### 3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 8 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 649/2010, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

### 3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 23.3.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

### 3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Durante o período findo em 31 de março de 2012 não houve operações de combinação de negócios.

### 3.1.19. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

### 3.1.20. Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso

ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos a aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

### 3.1.21. Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### 3.1.22. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As interpretações e alterações das normas existentes apresentadas a seguir, aplicáveis aos períodos contábeis seguintes, foram publicados pelo IASB e sua aplicação nas informações trimestrais da Companhia a serem arquivadas junto a CVM ocorrerão somente se houver deliberações por parte desse órgão, portanto, não houve adoção antecipada dessas normas.

#### IAS 19 - Benefícios a Empregados

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/12. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IFRS 10 - Informações Trimestrais Consolidadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de informações trimestrais consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IFRS 11 - Joint Ventures

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IAS 27 - Informações Trimestrais Separadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração da norma IAS 27 aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara informações trimestrais separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas informações trimestrais consolidadas em virtude da mesma não apresentar informações trimestrais separadas.

#### IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações trimestrais.

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração da norma IFRS 9, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39 em suas informações trimestrais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

### 3.2. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

CONTROLADAS	Porcentagem de Participação	
	31/03/12	31/12/11
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Chile S.A	99,47%	99,47%
Inaler S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,69%	93,68%
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%
Masplen Limited	100,00%	100,00%
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%
Seculum Participações Ltda	99,99%	99,00%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%
QuickFood S.A	90,05%	90,05%
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%
Seara Holding (Europe) BV	100,00%	100,00%
Columbus Netherlands BV	100,00%	100,00%
Marfrig Overseas Ltd	100,00%	100,00%
Marfood USA Inc.	100,00%	100,00%
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l	100,00%	100,00%
MFG Agropecuária Ltda.	99,99%	99,99%
MFG Comercializadora de Energia Ltda <sup>(1)</sup>	99,99%	99,99%
Marfrig Argentina S.A <sup>(2)</sup>	99,00%	-

(1) Essa empresa encontra-se em fase pré-operacional, explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica.

(2) Empresa constituída em 19 de março de 2012, em fase pré-operacional.

As informações trimestrais das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS, utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e bancos	577.232	399.326	1.149.389	1.042.671
Equivalentes de caixa	42.271	23.041	61.906	34.149
	<u>619.503</u>	<u>422.367</u>	<u>1.211.295</u>	<u>1.076.820</u>

O caixa e equivalentes de caixa das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e bancos	198.262	128.056	373.895	515.289
Equivalentes de caixa	19.635	11.108	-	-
	<u>217.897</u>	<u>139.164</u>	<u>373.895</u>	<u>515.289</u>

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito;

#### 4.1. CAIXA POR MOEDA

Segue abaixo o demonstrativo de caixa e bancos por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e Bancos:				
Reais	498.007	243.506	527.469	292.537
Dólar Norte-americano	77.524	153.463	251.858	247.755
Euro	1.701	2.357	96.874	105.960
Libra esterlina	-	-	112.027	207.482
Dólar Canadense	-	-	379	1.204
Dólar Cingapura	-	-	83.618	81.128
Ringgit Malasia	-	-	10.292	9.645
Yuan Chinês	-	-	2.529	24.890
Outros	-	-	64.343	72.070
	<u>577.232</u>	<u>399.326</u>	<u>1.149.389</u>	<u>1.042.671</u>

#### 4.2. EQUIVALENTES DE CAIXA

Segue abaixo o demonstrativo dos equivalentes de caixa por modalidade:

					Controladora	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/03/12	31/12/11
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	30.332	1
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	2,03	Dolar	0,35	11.619	17.753
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	320	5.287
Total					42.271	23.041

					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/03/12	31/12/11
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	48.553	9.380
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	2,28	Dolar	0,35	11.619	17.753
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	1.734	7.016
Total					61.906	34.149

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do respectivo instrumento.

##### 4.2.1 *Poupança Aplicação Automática*

Os saldos em conta-corrente remanescentes diariamente, em reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

#### 4.2.2 *Conta Remunerada*

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Aplicações financeiras	947.712	877.165	2.110.730	2.401.037
	<u>947.712</u>	<u>877.165</u>	<u>2.110.730</u>	<u>2.401.037</u>

Segue abaixo o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	Controladora	
					31/03/12	31/12/11
Mantidos para negociação:						
Certificados de depósito Bancario - CDB (2)	18/09/2015	3,38	Real	9,61	611.273	619.302
Operação Compromissada	04/09/2014	2,46	Euro	0,35	7.340	188.022
Nota de Credito Externa	18/09/2015	2,85	Real	9,61	268.397	7.346
Títulos de capitalização	29/04/2014	2,11	Real	2,43	100	102
CLN	08/01/2013	0,79	Dolar	6,89	60.602	62.393
Total					<u>947.712</u>	<u>877.165</u>
Total circulante					947.612	877.065
Total não circulante					<u>100</u>	<u>100</u>

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	Consolidado	
					31/03/12	31/12/11
Mantidos para negociação						
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	18/09/2015	1,78	Real	5,44	658.657	1.002.199
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	0,25	Dolar	0,35	10	37
Operação Compromissada	29/10/2015	2,67	Real	10,89	268.397	188.022
Títulos e Ações	30/09/2012	0,10	Dolar	5,00	909	-
Prazo Fixo	30/09/2012	0,10	Dolar	0,11	7.222	20.148
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	2,75	Euro	0,35	7.340	7.346
Circular 1456	31/12/2012	0,49	Dolar	0,03	64.462	67.350
Títulos de capitalização	29/04/2014	1,68	Real	1,25	100	112
CLN (2)	31/12/2015	2,75	Dolar	6,89	1.103.633	1.115.823
					<u>2.110.730</u>	<u>2.401.037</u>
Total circulante					2.109.833	2.400.140
Total não circulante					897	897

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

### 5.1 Certificado de Depósito Bancário - CDB

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 99% a 107%.

### 5.2 Operações Compromissada

Operações lastreadas em debêntures, que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 100% a 102,4%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

### 5.3 Prazo Fixo

As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares norte-americanos, não existindo remuneração, sendo esta operação específica do Uruguai.

#### *5.4 Nota de Crédito Externa*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em Euro e Dólar e são remuneradas a uma taxa pré-fixada.

#### *5.5 Circular 1456*

As aplicações desta modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólares norte-americanos junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas à taxa pré-fixada, sendo realizadas entre 180 e 270 dias antes da exportação.

#### *5.6 Títulos de Capitalização*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

#### *5.7 Títulos e ações*

Aplicação financeira efetuada em dólar de liquidez imediata junto ao Banco Galicia, remuneradas a 5% a.a.

#### *5.8 CLN - Credit linked note*

As *Credit Linked Notes* "CLN" constituem um instrumento financeiro utilizado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo situadas em jurisdições diferentes da brasileira e corresponde a uma nota de crédito que contempla o risco da Companhia.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacionais emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 6,89% a.a.

Uma vez que estas operações estão registradas a valor justo de mercado e refletidas nas informações trimestrais, todo e qualquer risco embutido já se encontra devidamente reconhecido.

## 6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Valores a receber - clientes nacionais	149.671	194.492	1.078.173	1.034.152
(-) Ajuste a valor presente	(1.621)	(904)	(2.346)	(1.642)
	148.050	193.588	1.075.827	1.032.510
Valores a receber - clientes internacionais	238.481	451.855	620.006	924.177
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(112.181)	(262.776)	(366.744)	(651.535)
(-) Ajuste a valor presente	(3.302)	(1.445)	(3.864)	(2.246)
	122.998	187.634	249.398	270.396
	271.048	381.222	1.325.225	1.302.906
Valores a vencer:	358.552	609.328	1.350.958	1.453.440
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	22.317	32.638	216.578	347.777
de 31 a 60 dias	4.158	1.844	71.723	58.142
de 61 a 90 dias	3.125	2.537	54.132	95.996
Acima de 90 dias	6.195	5.986	79.797	77.384
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(112.181)	(262.776)	(366.744)	(651.535)
(-) Ajuste a valor presente	(4.923)	(2.349)	(6.210)	(3.888)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(6.195)	(5.986)	(75.009)	(74.410)
	271.048	381.222	1.325.225	1.302.906

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2012, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.986)	(74.410)
Créditos provisionados no exercício	(549)	(25.436)
Créditos recuperados no exercício	340	21.651
Créditos baixados definitivamente da posição	-	3.379
Variação cambial	-	(193)
Saldo em 31 de março de 2012	(6.195)	(75.009)

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

## 7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Produtos acabados	459.755	528.015	2.004.054	2.016.342
Matérias-primas	1.350	2.048	312.787	321.875
Embalagens e Almoxarifados	21.210	21.516	241.181	220.320
(-) Provisão	(8.672)	(18.066)	(27.635)	(31.710)
	473.643	533.513	2.530.387	2.526.827

No período findo em 31 de março de 2012 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(18.066)</u>	<u>(31.710)</u>
Utilização da provisão	18.066	46.646
Constituição de provisão	(8.672)	(41.111)
Ganhos(perdas) na conversão	-	(1.460)
Saldo em 31 de março de 2012	<u><u>(8.672)</u></u>	<u><u>(27.635)</u></u>

## 8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Ativo biológico - bovinos	33.393	25.609	253.098	251.986
Ativo biológico - aves	-	-	200.179	212.061
Ativo biológico - suínos	-	-	222.851	221.317
Ganho(Perda) na conversão	-	-	21.824	25.805
Ativo biológico - corrente	<u>33.393</u>	<u>25.609</u>	<u>697.952</u>	<u>711.169</u>
Ativo biológico - bovinos	-	-	20.323	21.826
Ativo biológico - aves	-	-	164.522	167.154
Ativo biológico - suínos	-	-	20.755	20.946
Ganho(Perda) na conversão	-	-	8.405	9.857
Ativo biológico - não corrente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>214.005</u>	<u>219.783</u>
	<u><u>33.393</u></u>	<u><u>25.609</u></u>	<u><u>911.957</u></u>	<u><u>930.952</u></u>

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados.

No tocante a aves e suínos, os mesmos são considerados imaturos até atingirem o peso adequado para abate. O processo de abate ocorre de forma sequencial em um curto período de tempo e, dessa forma, apenas os animais vivos transferidos para abate são classificados como maduros.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves, suínos e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos com base num modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, cujo ciclo de vida é em média de 3 anos. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito "Mark to Market - MtM", considerando as cotações da arroba do boi / vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são matrizes, destinados a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de 36 semanas em média, e as matrizes de suínos são amortizadas a uma taxa média de 33% a.a. Com relação a bovinos, a vida útil de uma matriz de reprodução é de 5 anos.

Segue abaixo demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.609	711.169
Aumento devido a aquisições	14.785	333.022
(-) Baixa para abate	(19.893)	(1.331.134)
Gastos com insumos para engorda	3.964	1.086.303
(-) Diminuição devido a vendas	-	(103.791)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(194)	(280)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda *	9.122	6.644
Conversão de balanço	-	(3.981)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>33.393</u>	<u>697.952</u>

\* Aplicável somente a bovinos

Ativo biológico não corrente:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>219.783</u>
Aumento devido a aquisições	-	42.795
(-) Baixa para abate	-	(10.377)
Gastos com insumo para engorda	-	43.235
(-) Diminuição devido a vendas	-	(15.603)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda *	-	(2.701)
Amortização	-	(60.445)
Conversão de balanço	-	(2.682)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>-</u>	<u>214.005</u>

\* Aplicável somente a bovinos

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	411.543	377.294	786.062	651.736
Crédito Presumido do IPI	61.559	61.516	63.108	69.301
Crédito de PIS	172.750	175.989	344.337	335.549
Crédito da Cofins	674.981	640.584	1.340.333	1.316.155
Imposto de Renda	73.275	75.456	142.174	125.664
Contribuição Social	12.824	12.716	23.441	22.095
IRRF	331	31.594	3.924	47.877
IVA	-	-	58.218	62.800
Certificados de exportação	-	-	25.189	23.314
Créditos ONCCA	-	-	7.963	9.063
Outros	6.462	5.931	35.909	26.439
(-) Provisão por não realização	(307.886)	(295.347)	(501.370)	(475.945)
	<u>1.105.839</u>	<u>1.085.733</u>	<u>2.329.288</u>	<u>2.214.048</u>
Ativo Circulante	487.108	467.002	1.107.206	1.025.496
Ativo não Circulante	<u>618.731</u>	<u>618.731</u>	<u>1.222.082</u>	<u>1.188.552</u>

### 9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

### 9.2. CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno para consumo no processo de bens efetivamente exportados.

### 9.3. PIS E COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

### 9.4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o período findo em 31 de março de 2012.

#### 9.5. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

#### 9.6. IVA - IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

#### 9.7. CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

#### 9.8. CRÉDITOS ONCCA (OFICINA NACIONAL DE CONTROLE COMERCIAL AGROPECUÁRIO)

Trata-se de um benefício concedido, na Argentina, pelo *Ministério de Agricultura Ganadeira y Pesca* às empresas que investem em confinamentos (*Feedlots*).

#### 9.9. PROVISÃO PARA NÃO REALIZAÇÃO

As provisões para não realização foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS / COFINS.

A movimentação da provisão por não realização dos impostos a recuperar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(295.347)	(475.945)
Constituição de provisão	(12.539)	(25.425)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>(307.886)</u>	<u>(501.370)</u>

## 10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Partes relacionadas	1.938.381	1.963.350	-	-
Outros títulos a receber	27.013	35.918	50.914	66.274
<b>Total</b>	<b>1.965.394</b>	<b>1.999.268</b>	<b>50.914</b>	<b>66.274</b>
Ativo Circulante	455.135	405.193	19.397	28.362
Ativo não Circulante	1.510.259	1.594.075	31.517	37.912

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

## 10.1. PARTES RELACIONADAS

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações S.A., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de março de 2012:

31 de Março de 2012	Controladora					
	31/03/12					
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	3.286	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	4.947	2.149	27.536	-	2.483	21.051
Cledinor S.A.	-	3.394	-	-	4.063	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	227.475	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.722	-	-	1.843	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	1.412	1.662	-	1.295	-
Grupo Mabella	-	-	21.818	469	-	-
Inaler S.A.	-	1.557	-	-	1.787	-
Keystone MC Lux	-	-	2.366	-	-	-
Keystone US	163	-	-	-	-	-
Marfood USA	2.828	-	97.111	-	-	1.328
Marfrig Chile Inversiones Ltda	15.204	-	-	-	-	22.948
Marfrig Holdings BV	-	-	59.906	618.110	-	-
Marfrig Overseas	-	-	143.829	-	-	-
MBL Alimentos Ltda	-	-	58	275	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	14.289	52.418	885.007	-	208.054	96.645
MFG Agropecuária	183	5.107	102.651	-	25.811	52
MFG (USA) Holdings.	-	-	8.085	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	41.755	-	-	-
Moy Park Limited	-	-	5.369	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	8.500	2.995	150.074	-	22	22.765
Penasul Alimentos Ltda	-	-	5.447	-	-	-
Penasul UK	-	-	39	-	-	-
Quickfood S.A.	-	2.250	11.151	-	7.285	-
Seara Holding BV	260	1.075	114.491	99.993	1.206	919
Weston Importers Ltd.	44.284	-	-	-	-	32.905
Zendaleather S.A. (ZENDA)	-	-	29.265	-	-	847
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	-	-	-	1.249	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	11.081	-	-	14.733	-
	<u>90.658</u>	<u>85.160</u>	<u>1.938.381</u>	<u>718.847</u>	<u>269.831</u>	<u>199.460</u>

Marfrig Alimentos S.A.

31 de Dezembro de 2011	Controladora					
	31/12/11				2011	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	3.286	-	-	284
Braslo Produtos de Carne Ltda	8.131	1.896	27.536	-	19.443	87.187
Cledinor S.A.	-	2.674	-	-	8.987	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	225.316	-	122	1
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.187	-	-	7.550	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	640	29	-	1.884	-
Grupo Mabella	-	190	21.809	-	7.075	737
Inaler S.A.	-	1.882	-	-	3.779	-
Keystone APMEA	-	-	-	-	-	1.055
Keystone MC Lux	482	-	-	-	-	-
Marfood USA	1.502	-	99.131	-	-	1.511
Marfrig Chile Inversiones Ltda	24.656	-	-	-	-	58.434
Marfrig Holdings BV	-	-	59.648	623.107	-	-
Marfrig Overseas	-	-	146.782	-	-	-
MBL Alimentos Ltda	-	-	49	275	-	838
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	21.353	54.232	950.095	-	801.199	235.223
MFG Agropecuária	3	4.346	97.662	-	14.656	11.683
MFG (USA) Holdings	-	-	4.293	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	44.994	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	16.430	40	140.348	-	1.543	93.137
Penasul Alimentos Ltda	-	-	5.447	-	2	-
Penasul UK	-	-	27	-	-	-
Quickfood S.A.	-	6.599	10.364	-	19.892	-
Seara Holding BV	355	1.876	96.725	-	6.780	5.153
Weston Importers Ltd.	16.524	-	-	-	-	27.693
Zendaleather S.A. (ZENDA)	897	7	29.809	-	-	5.076
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	-	-	-	5.091	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	2.993	-	-	3.188	-
	<u>90.333</u>	<u>78.562</u>	<u>1.963.350</u>	<u>623.382</u>	<u>901.191</u>	<u>528.012</u>

	Consolidado			
	Contas a Pagar		Total de Compras no período	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	-	1.249	55.839
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	11.081	2.993	14.733	3.188
	<u>11.081</u>	<u>2.993</u>	<u>15.982</u>	<u>59.027</u>

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações S.A., e seus únicos sócios, avaliaram determinados contratos financeiros da Companhia. Não foram pagos quaisquer valores à acionista controladora e seus sócios pelas garantidas oferecidas. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja superior ao valor de alçada definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social. Abaixo do limite de alçada, a Diretoria e o Comitê Financeiro, dependendo do valor, aprovam as operações entre Partes Relacionadas.

Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de 2 anos. As taxas de mútuos variam de 1% a.a. até 3% a.a. + LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), sendo esta última aplicada nas transações com as empresas controladas no exterior.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves, ovinos e suínos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as informações trimestrais consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Imposto de renda	544.735	529.294	1.144.896	1.111.104
Contribuição social	197.812	192.254	344.144	332.432
Ativo não circulante	<u>742.547</u>	<u>721.548</u>	<u>1.489.040</u>	<u>1.443.536</u>

Os créditos fiscais referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2012 em diante.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no período findo em 31 de março de 2012:

Descrição	31 de março de 2012			
	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	529.294	192.254	1.111.104	332.432
(-) Realização por aproveitamento fiscal do ágio	(5.865)	(2.111)	(5.865)	(2.111)
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	-	-	(6.536)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	1.543	-	32.622	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	555	-	10.298
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(3.062)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	19.763	7.114	26.270	9.034
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	-	-	(7.375)	(2.447)
Outros	-	-	(5.324)	-
Saldo final em 31 de março de 2012	<u>544.735</u>	<u>197.812</u>	<u>1.144.896</u>	<u>344.144</u>

A expectativa de recuperabilidade dos saldos de ativos diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudos de avaliação e análises internas, elaborados por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base na projeção de lucros tributáveis futuros, resultado das melhores expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis. As projeções levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento. As taxas de desconto variaram entre 8,4% a 10,5% a.a. dependendo de características específicas do negócio dos países em que atua.

A expectativa de realização do “Ativo Fiscal Diferido” está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2012	-	122.770
2013	51.943	117.915
2014	60.873	141.151
2015	70.079	132.174
2016 a 2020	559.652	975.030
	<u>742.547</u>	<u>1.489.040</u>

No período findo em 31 de março de 2012, a Companhia realizou R\$ 32.720 do “Ativo Fiscal Diferido”, tendo em vista o aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

## 12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Participação em sociedades controladas	4.636.200	4.728.809	-	-
Outros Investimentos	135	135	13.528	13.195
	<u>4.636.335</u>	<u>4.728.944</u>	<u>13.528</u>	<u>13.195</u>

### 12.1. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Valor dos investimentos em controladas em 31 de março de 2012:

## Marfrig Alimentos S.A.

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante(1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	Valor do PL conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.574	(41.020)	(8.197)	(41.114)
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.358.426.280	99,47	Não	45.328	42.605	3.994	42.379
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.673	40.581	1.846	40.527
Frigorífico Tacuarembó S.A	166.925.258	93,69	Não	11.904	109.218	1.360	101.383
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	23.600	23.475	(9)	23.260
Masplen Limited	100	100,00	Não	6.726	40.236	2.248	36.405
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Não	5.324	48.512	2.078	48.511
QuickFood S.A	21.419.606	90,05	Sim	28.470	173.533	(11.109)	155.531
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	47.832	70.349	(871)	69.896
Columbus Netherlands BV	27.087.661	100,00	Não	51.084	92.218	(8.348)	92.219
Marfood USA, Inc	50.000	100,00	Não	6.739	(23.845)	(2.959)	(23.845)
Marfrig Overseas Ltd	1	100,00	Não	-	(82.971)	(6.733)	(82.970)
MFG Agropecuária Ltda.	10.000	99,99	Não	-	10.026	1.341	10.027
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	-	99,00	-	1	1	-	1
MFG Comercializadora de Energia Ltda	150.000	99,99	Não	-	-	-	-
Seculum Participações Ltda	9.200.000	99,99	Não	9.200	8.719	(442)	8.716
União Frederiquense Partic. Ltda	552.031.080	99,99	Não	552.031	813.844	(41.238)	813.764
Marfrig Holdings(Europe) BV	3.509.714	100,00	Não	747.273	1.184.703	1.774	1.184.485
Seara Holding (Europe) BV	490.285.420	100,00	Não	1.261.248	1.565.142	11.149	1.564.262
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l	500	100,00	Não	271.348	592.762	5.239	592.763
<b>Total</b>				<b>3.149.355</b>	<b>4.668.088</b>	<b>(48.877)</b>	<b>4.636.200</b>

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros / prejuízos
Columbus Netherlands BV	445.882	290.027	63.638	84.237	(8.348)
Establecimientos Colonia S.A	189.074	118.725	-	43.967	(871)
Frigorífico Tacuarembó S.A	174.915	64.779	918	65.192	1.274
Inaler S.A	72.905	32.323	-	63.285	1.846
Marfood USA, Inc	110.910	134.756	-	29.219	(2.959)
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	1	-	-	-	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	126.201	83.595	1	54.615	3.973
Marfrig Holdings(Europe) BV	5.726.095	4.543.507	(2.114)	1.615.780	1.774
Marfrig Overseas Ltd	1.667.184	1.750.155	-	-	(6.733)
Masplen Limited	291.687	251.450	-	60.327	2.248
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l	1.930.826	1.262.708	75.356	530.748	5.239
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	974.471	1.015.492	-	430.052	(8.197)
MFG Agropecuária Ltda.	139.669	129.643	-	25.397	1.340
Prestcott International S.A	103.319	54.807	-	75.131	2.078
QuickFood S.A	617.321	443.789	-	343.238	(10.004)
Seara Holding (Europe) BV	5.172.887	3.607.745	-	1.438.924	11.149
Seculum Participações Ltda	25.590	16.939	(69)	2.742	(442)
União Frederiquense Partic. Ltda	2.388.523	1.581.124	(6.446)	255.895	(41.233)
Weston Importers Ltd	91.114	67.638	-	64.582	(9)
<b>Total</b>	<b>20.248.574</b>	<b>15.449.202</b>	<b>131.284</b>	<b>5.183.331</b>	<b>(47.875)</b>

## 12.2. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Saldo Contábil em 31/12/2011	Ajuste de Avaliação Patrimonial (1)	Aquisição/ Baixa	Total Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/03/2012
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A (1)	(32.861)	-	-	-	(8.253)	-	(41.114)
Marfrig Chile Inversiones Ltda.	42.146	153	-	-	3.973	(3.892)	42.380
Inaler S.A.	39.590	82	-	-	2.020	(1.165)	40.527
Frigorífico Tacuarembó S.A.	103.362	598	-	-	948	(3.526)	101.382
Weston Importers Ltd.	23.142	414	-	-	133	(428)	23.261
Masplen Limited	35.258	472	-	-	1.128	(454)	36.404
Prestcott International S.A.	47.554	761	-	-	2.260	(2.064)	48.511
QuickFood S.A	173.943	(5.684)	-	-	(10.415)	(2.313)	155.531
Establecimientos Colonia S.A	72.861	371	-	-	(837)	(2.498)	69.897
Columbus Notherlands	103.491	(1.166)	-	-	(8.348)	(1.758)	92.219
Marfood USA	(21.397)	(3.019)	-	-	(2.959)	3.530	(23.845)
Marfrig Overseas	(78.271)	(3.981)	-	-	(6.733)	6.015	(82.970)
MFG Brasil	8.687	-	-	-	1.341	-	10.028
Marfrig Argentina S.A.	-	-	1	1	-	-	1
Secculum Participações Ltda.	9.069	91	-	-	(442)	(3)	8.715
União Frederiquense Partic. Ltda.	855.062	-	-	-	(41.084)	(214)	813.764
Marfrig Holdings(Europe) BV	1.203.005	28.723	-	-	1.735	(48.978)	1.184.485
Seara Holding BV	1.551.463	-	-	-	10.801	1.998	1.564.262
Mckey Luxembourg	592.705	4.450	-	-	5.239	(9.632)	592.762
<b>Total</b>	<b>4.728.809</b>	<b>22.265</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>(49.493)</b>	<b>(65.382)</b>	<b>4.636.200</b>

(1) - Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das controladas.

## 13. IMOBILIZADO

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

Classe de Imobilizado	Controladora e Consolidado
	Taxas Médias de depreciação anuais
Terrenos	0%
Edificações e prédios	1,6% a 10,0%
Máquinas e equipamentos	3,6% a 25,0%
Móveis	5,6% a 25,0%
Instalações industriais	3,7% a 14,3%
Equipamentos informática	4,3% a 20,0%
Veículos	8,3% a 25,0%

A seguir, apresentam-se os saldos de ativo imobilizado para março de 2012:

## Movimentação do custo de aquisição:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação						Controladora	
		Custo	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação Acumulada	Custo	31/03/12
Terrenos	-	40.046	-	-	-	-	40.046	
Edificações e prédios	1,6% - 10%	550.989	-	-	46.221	(63.616)	533.594	
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	289.101	4.240	(297)	(27)	(96.314)	196.703	
Móveis e utensílios	5,6%-25%	10.856	646	(60)	(2)	(3.254)	8.186	
Instalações	3,7%-14,3%	477.066	18	-	41.221	(57.637)	460.668	
Veículos	8,3%-25%	15.460	68	-	-	(13.566)	1.962	
Equipamentos de informática	4,3%-20%	8.352	140	(39)	29	(5.912)	2.570	
Aeronaves	20%	382	-	-	-	(324)	58	
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	13.395	431	-	-	-	13.826	
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6% - 10%	3.037	-	-	-	(190)	2.847	
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	38.053	-	-	-	(13.140)	24.913	
Arrendamento - informática	4,3%-20%	16.075	-	-	-	(10.128)	5.947	
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	33.850	-	-	-	(7.798)	26.052	
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	89.636	-	-	-	(16.942)	72.694	
Arrendamento - edificações	1,6% - 10%	43.685	-	-	-	(6.686)	36.999	
Obras em andamento	-	96.292	42.625	-	(87.442)	-	51.475	
Outras imobilizações	5%-10%	223	6	-	-	(107)	122	
		<u>1.726.498</u>	<u>48.174</u>	<u>(396)</u>	<u>-</u>	<u>(295.614)</u>	<u>1.478.662</u>	

## Movimentação do saldo líquido:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação						Controladora	
		Líquido	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação	Líquido	31/12/11
Terrenos	-	40.046	-	-	-	-	40.046	
Edificações e prédios	1,6% - 10%	491.209	-	-	46.221	(3.836)	533.594	
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	197.369	4.240	(297)	(27)	(4.582)	196.703	
Móveis e utensílios	5,6%-25%	7.862	646	(60)	(2)	(260)	8.186	
Instalações	3,7%-14,3%	424.494	18	-	41.221	(5.065)	460.668	
Veículos	8,3%-25%	2.058	68	-	-	(164)	1.962	
Equipamentos de informática	4,3%-20%	2.743	140	(39)	29	(303)	2.570	
Aeronaves	20%	77	-	-	-	(19)	58	
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	13.395	431	-	-	-	13.826	
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6% - 10%	2.873	-	-	-	(26)	2.847	
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	25.501	-	-	-	(588)	24.913	
Arrendamento - informática	4,3%-20%	6.387	-	-	-	(440)	5.947	
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	26.501	-	-	-	(449)	26.052	
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	73.757	-	-	-	(1.063)	72.694	
Arrendamento - edificações	1,6% - 10%	37.549	-	-	-	(550)	36.999	
Obras em andamento	-	96.292	42.625	-	(87.442)	-	51.475	
Outras imobilizações	5%-10%	125	6	-	-	(9)	122	
		<u>1.448.238</u>	<u>48.174</u>	<u>(396)</u>	<u>-</u>	<u>(17.354)</u>	<u>1.478.662</u>	

## Movimentação do custo de aquisição:

								Consolidado
								31/03/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação	Custo
Terrenos	-	373.725	729	-	(46)	(1.430)	-	372.978
Edificações e prédios	1,6%-10%	3.446.687	7.386	-	47.187	(7.822)	(597.278)	2.896.160
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	2.900.608	29.966	(1.969)	6.184	205.479	(1.272.239)	1.868.029
Móveis e utensílios	5,6%-25%	160.624	3.549	(70)	179	(2.985)	(72.094)	89.203
Instalações	3,7%-14,3%	1.098.519	444	-	42.740	10.230	(153.152)	998.781
Veículos	8,3%-25%	63.241	1.487	(118)	255	(364)	(38.508)	25.993
Equipamentos de informática	4,3%-20%	76.512	1.874	(93)	2.063	870	(62.899)	18.327
Aeronaves	20%	382	-	-	-	(1)	(324)	57
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	20.118	683	(884)	-	(1)	-	19.916
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6%-10%	77.707	12	-	93	(546)	(14.376)	62.890
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	40.278	-	-	-	(1)	(13.301)	26.976
Arrendamento - informática	4,3%-20%	16.541	-	-	-	(466)	(10.647)	5.428
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	151.255	545	(923)	-	(6.662)	(50.150)	94.065
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	92.987	-	-	-	(58)	(17.228)	75.701
Arrendamento - edificações	1,6%-10%	205.948	-	-	-	(1.452)	(20.418)	184.078
Obras em andamento	-	355.953	56.013	(392)	(98.576)	(43.254)	-	269.744
Outras imobilizações	1,7%-10%	215.582	772	(146)	(79)	(197.686)	(467)	17.976
		<u>9.296.667</u>	<u>103.460</u>	<u>(4.595)</u>	<u>-</u>	<u>(46.149)</u>	<u>(2.323.081)</u>	<u>7.026.302</u>

## Movimentação do saldo líquido:

								Consolidado
								31/12/11
								31/03/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Líquido	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	373.725	729	-	(46)	(1.430)	-	372.978
Edificações e prédios	1,6%-10%	2.881.291	7.386	-	47.187	(7.822)	(31.882)	2.896.160
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	1.683.069	29.966	(1.969)	6.184	205.479	(54.700)	1.868.029
Móveis e utensílios	5,6%-25%	94.407	3.549	(70)	179	(2.985)	(5.877)	89.203
Instalações	3,7%-14,3%	958.844	444	-	42.740	10.230	(13.477)	998.781
Veículos	8,3%-25%	26.883	1.487	(118)	255	(364)	(2.150)	25.993
Equipamentos de informática	4,3%-20%	15.857	1.874	(93)	2.063	870	(2.244)	18.327
Aeronaves	20%	77	-	-	-	(1)	(19)	57
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	20.118	683	(884)	-	(1)	-	19.916
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6%-10%	64.727	12	-	93	(546)	(1.396)	62.890
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	27.644	-	-	-	(1)	(667)	26.976
Arrendamento - informática	4,3%-20%	6.387	-	-	-	(466)	(493)	5.428
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	106.286	545	(923)	-	(6.662)	(5.181)	94.065
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	76.840	-	-	-	(58)	(1.081)	75.701
Arrendamento - edificações	1,6%-10%	187.950	-	-	-	(1.452)	(2.420)	184.078
Obras em andamento	-	355.953	56.013	(392)	(98.576)	(43.254)	-	269.744
Outras imobilizações	1,7%-10%	215.244	772	(146)	(79)	(197.686)	(129)	17.976
		<u>7.095.302</u>	<u>103.460</u>	<u>(4.595)</u>	<u>-</u>	<u>(46.149)</u>	<u>(121.716)</u>	<u>7.026.302</u>

Conforme CPC 6(R1) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro ("*Leasing*" Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 18.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

#### 14. INTANGÍVEL

De acordo com o CPC 4 (R1) e CPC 13, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual compõe o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Intangível - Controladora	968.430	968.775
Intangível - Controladas	<u>3.328.818</u>	<u>3.386.181</u>
	<u>4.297.248</u>	<u>4.354.956</u>

A movimentação do intangível na controladora e controladas no período findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

#### 14.1. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADORA)

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Aquisição/ Baixa	Reclassificação / Amortização	Saldo em 31 de março de 2012
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio	24.213	-	-	24.213
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	17.258
Prestcott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio	16.188	-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio	11.683	-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	223.872	-	-	223.872
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	-	114.479
Seara Holding ( Europe) BV	21	-	-	21
Columbus Netherlands BV	22	-	-	22
Marfood USA Inc.	308	-	-	308
Keystone International	388.244	-	-	388.244
Software e sistemas	30.478	177	(522)	30.133
Marcas e patentes	22.884	-	-	22.884
<b>Total</b>	<b>968.775</b>	<b>177</b>	<b>(522)</b>	<b>968.430</b>

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

## 14.2. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADAS)

	Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2011	Software/ Marca/ Outros	Variação Cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo Contábil em 31 de março de 2012
<b>Marfrig Chile S.A.</b>	<b>15.167</b>	-	(434)	-	-	<b>14.733</b>
Ágio	14.910	-	(427)	-	-	14.483
Marcas e patentes/software/outros	257	-	(7)	-	-	250
<b>Weston Importers Ltd.</b>	<b>9.968</b>	-	(6)	-	-	<b>9.962</b>
Ágio	9.968	-	(6)	-	-	9.962
<b>Marfrig Holding (Europe)BV</b>	<b>1.557.223</b>	-	(43.986)	(2.738)	-	<b>1.510.499</b>
Ágio	263.751	-	(12.165)	-	-	251.586
Relacionamento com clientes	1.010.144	-	(24.147)	(2.679)	-	983.318
Marcas e patentes/software/outros	283.328	-	(7.674)	(59)	-	275.595
<b>Maspfen Limited</b>	<b>475</b>	<b>6</b>	-	(11)	-	<b>470</b>
Marcas e patentes/software/outros	475	6	-	(11)	-	470
<b>Quickfood S.A</b>	<b>89.776</b>	-	(4.065)	(32)	-	<b>85.679</b>
Ágio	89.241	-	(4.096)	-	-	85.145
Marcas e patentes/software/outros	535	-	31	(32)	-	534
<b>Prestcott International S.A</b>	<b>8.611</b>	-	(247)	(10)	-	<b>8.354</b>
Ágio	7.369	-	642	-	-	8.011
Marcas e patentes/software/outros	1.242	-	(889)	(10)	-	343
<b>Seara Holding (Europe) BV</b>	<b>614.967</b>	<b>512</b>	-	(760)	-	<b>614.719</b>
Ágio	11.111	-	-	-	-	11.111
Marcas e patentes/software/outros	603.574	512	(1)	(718)	-	603.367
Licença Porto	282	-	1	(42)	-	241
<b>Columbus Netherlands BV</b>	<b>49.099</b>	<b>11</b>	<b>228</b>	<b>(310)</b>	<b>(259)</b>	<b>48.769</b>
Ágio	48.608	-	(951)	-	-	47.657
Marcas e patentes/software/outros	491	11	1.179	(310)	(259)	1.112
<b>União Frederiquense Partic. Ltda.</b>	<b>530.210</b>	<b>578</b>	<b>(130)</b>	<b>(239)</b>	<b>(212)</b>	<b>530.207</b>
Ágio	515.870	-	(130)	-	-	515.740
Marcas e patentes/software/outros	14.340	578	-	(239)	(212)	14.467
<b>Secculum Participações Ltda.</b>	<b>5.681</b>	<b>6</b>	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>5.681</b>
Ágio	5.527	-	(1)	-	-	5.526
Marcas e patentes/software/outros	154	6	-	(3)	(2)	155
<b>Marfood USA</b>	<b>53.672</b>	-	(1.540)	(149)	-	<b>51.983</b>
Ágio	38.023	-	(1.088)	-	-	36.935
Relacionamento com clientes	4.356	-	(129)	(149)	-	4.078
Marcas e patentes/software/outros	11.293	-	(323)	-	-	10.970
<b>Frigoríficos Tacuarembó S.A</b>	<b>448</b>	-	(13)	(19)	-	<b>416</b>
Marcas e patentes/software/outros	448	-	(13)	(19)	-	416
<b>Inaler S.A</b>	<b>295</b>	-	(9)	(8)	-	<b>278</b>
Marcas e patentes/software/outros	295	-	(9)	(8)	-	278
<b>Establecimientos Colonia S.A</b>	<b>581</b>	<b>15</b>	<b>(17)</b>	<b>(11)</b>	-	<b>568</b>
Marcas e patentes/software/outros	581	15	(17)	(11)	-	568
<b>MFB - Marfrig Frig. BR S.A.</b>	<b>645</b>	<b>3</b>	-	(20)	-	<b>628</b>
Marcas e patentes/software/outros	645	3	-	(20)	-	628
<b>Mckey Lux Holdings S.a.r.l.</b>	<b>449.345</b>	-	(4.171)	681	-	<b>445.855</b>
Marcas e patentes/software/outros	271.518	-	(10.636)	750	-	261.632
Relacionamento com clientes	177.827	-	6.465	(69)	-	184.223
<b>MFG Agropecuária Ltda</b>	<b>18</b>	-	-	(1)	-	<b>17</b>
Marcas e patentes/software/outros	18	-	-	(1)	-	17
<b>Total</b>	<b>3.386.181</b>	<b>1.131</b>	<b>(54.391)</b>	<b>(3.630)</b>	<b>(473)</b>	<b>3.328.818</b>

## 14.3. RESUMO DO ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora		Controladas	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Ágio	915.612	915.612	986.152	1.004.376
Marcas e patentes	22.884	22.884	1.144.042	1.154.805
Softwares	29.934	30.279	6.035	6.532
Relacionamento com Clientes	-	-	1.171.622	1.192.289
Outros Intangíveis	-	-	20.967	28.179
	<u>968.430</u>	<u>968.775</u>	<u>3.328.818</u>	<u>3.386.181</u>

## Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>968.775</u>	<u>3.386.181</u>
(+) Adição	177	1.131
(-)Baixa	-	(473)
(-)Amortização	(522)	(3.630)
(+/-)Variação Cambial	-	(54.391)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>968.430</u>	<u>3.328.818</u>

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referente à adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores ao conceito de combinação de negócios conforme CPC 15. Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Os ágios apresentados acima foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com o CPC 15.

Conforme CPC 1 (R1) o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo testado por *impairment* anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados com base no orçamento plurianual dos anos de 2012 a 2016 da Companhia e nas projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais, tais como ABIEC, ABIPECS, USDA, entre outras.

No período findo em 31 de março de 2012, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
INSS a recolher	3.295	6.164	50.658	55.419
Salários e provisões trabalhistas	43.948	39.994	316.098	299.423
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	2.391	4.349	110.176	128.843
	<u>49.634</u>	<u>50.507</u>	<u>476.932</u>	<u>483.685</u>

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o art. 2º da Lei 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do art. 11, da lei 8.212/91 e art. 104, da lei n. 11.196/05.

A Companhia obteve decisão judicial favorável que determina a suspensão da exigibilidade dos débitos previdenciários em aberto desde a data em que foram formalmente protocolados os pedidos de ressarcimento / compensação dos créditos de PIS / COFINS com tais débitos previdenciários.

Dessa forma, com base em opinião de seus assessores legais externos, o Grupo Marfrig, vem efetuando contabilmente as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

No período findo em 31 de março de 2012, a Companhia não possui benefício pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
ICMS a recolher	-	-	17.388	15.564
Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/2009	58.118	55.894	234.000	232.239
Imposto de renda a pagar	-	-	22.147	19.442
Contribuição Social a Pagar	-	-	6.984	8.580
Pis e Cofins a recolher	-	-	2.094	2.396
Contribuição Social a Pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	7.897	7.897	7.897	7.897
Imposto de Renda a pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	21.393	21.393	21.393	21.393
IRRF a Pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	6.058	6.058	6.076	6.058
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.329	11.077	92.052	101.725
	<u>101.795</u>	<u>102.319</u>	<u>410.031</u>	<u>415.294</u>
Passivo circulante	20.757	23.398	161.846	171.246
Passivo não circulante	<u>81.038</u>	<u>78.921</u>	<u>248.185</u>	<u>244.048</u>

(1) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

## Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir.

Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Saldo inicial	55.894	107.028	232.239	312.290
(+) Adesão ao parcelamento	-	-	-	8.127
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(3.511)
(+) Juros de atualização	2.708	15.277	7.292	37.002
(-) Desistência do parcelamento	-	(29.844)	-	(29.844)
(-) Ajuste a valor presente	4.174	(23.397)	4.174	(68.390)
(-) Pagamentos efetuados	(4.658)	(13.170)	(9.705)	(23.435)
Saldo devedor	58.118	55.894	234.000	232.239
Passivo circulante	13.023	12.322	28.606	28.302
Passivo não circulante	45.095	43.572	205.394	203.937

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas consolidaram a adesão ao parcelamento especial, previsto na Lei 11.941/09, de acordo com os atos normativos da Receita Federal do Brasil.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante de R\$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa e juros de R\$ 5.504 e um débito total de R\$ 35.348, conforme demonstrado abaixo:

	Débitos - REFIS	Multa e Juros (desistência do parcelamento)	Débitos reclassificados para Impostos a recolher
Contribuição Social a Pagar - PGFN	6.667	1.230	7.897
Imposto de Renda a pagar - PGFN	18.062	3.331	21.393
IRRF a Pagar - PGFN	5.115	943	6.058
	29.844	5.504	35.348

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/03/12	Saldo 31/12/11
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	4,83	3,79	1.111	1.193
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	0,85	3.713	4.517
FINEP	TJLP + 1%	7,25	1,53	29.539	31.859
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,82	1,67	695.392	726.527
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	11,64	3,39	655.907	386.675
Procer	Taxa Fixa	11,25	0,55	67.063	117.280
Revitalizar	Taxa Fixa	5,52	1,00	24.997	-
Total moeda nacional		11,50		<u>1.477.722</u>	<u>1.268.051</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	3,98	0,26	806	1.661
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	7,18	3,52	2.412.012	2.551.897
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	1,30	0,85	713	878
NCE (US\$) / ACC	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	8,14	4,05	1.291.423	1.283.840
Total moeda estrangeira		7,51		<u>3.704.954</u>	<u>3.838.276</u>
Total do endividamento		8,65		<u>5.182.676</u>	<u>5.106.327</u>
Passivo circulante				1.011.985	900.473
Passivo não circulante				<u>4.170.691</u>	<u>4.205.854</u>

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/03/12	Saldo 31/12/11
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,41	3,12	4.925	5.961
BNDES Finem	TJLP + 1,80	8,24	1,99	7.929	9.331
FINEP	TJLP + 1%	6,41	2,13	43.441	45.755
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,92	2,16	950.647	1.028.946
Capital de Giro (R\$)	Taxa fixa+%CDI	11,64	3,39	655.907	386.675
Nota de Crédito Rural (R\$)	Taxa Fixa	6,80	0,95	202.553	274.868
FCO Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Taxa Fixa	10,00	3,00	5.038	5.755
Procer	Taxa Fixa	9,77	0,81	160.354	234.501
Revitalizar	Taxa Fixa	5,52	1,00	24.997	-
Total moeda nacional		10,93		2.055.791	1.991.792
Moeda estrangeira:					
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	2,27	0,63	4.391	5.994
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	7,10	3,46	2.483.515	2.595.233
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,60	6,75	2.959.842	2.976.158
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	1,30	0,85	713	878
NCE (US\$) / ACC	%CDI+Taxa Fixa+V.C (US\$)+Libor	7,08	4,10	1.853.145	1.644.355
Capital de Giro (US\$)	Taxa Fixa + Libor	5,07	1,07	204.570	205.561
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	2,00	0,50	1.877	1.837
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	3,81	0,73	763.663	745.954
Linha de Crédito Rotativo - <i>Revolving</i>	Libor + 2,50	3,10	2,70	451.299	362.015
PAE (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	0,20	0,30	16.371	-
Financiamentos (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	1,10	0,30	16.079	15.976
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,69	2,50	53.856	57.325
Total moeda estrangeira		7,37		8.809.321	8.611.286
Total do endividamento		8,04		10.865.112	10.603.078
Passivo Circulante				2.625.317	2.277.035
Passivo Não Circulante				8.239.795	8.326.043

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

#### *17.1 FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos*

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP (Unidade de referência de taxa de juros de longo prazo), baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até janeiro de 2021.

#### *17.2 BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos*

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

#### *17.3 FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos*

Linha de crédito da FINEP voltada para Financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01 (Unidade monetária utilizada pela FINEP), que é baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, até abril de 2016.

#### *17.4 NCE - Nota de Crédito de Exportação*

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. Os índices utilizados para correção das operações em dólares americanos são: Libor (*London Interbank Offered Rate*) e/ ou taxa pré-fixada, e para as operações em reais a do CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até abril de 2018.

### *17.5 Capital de Giro*

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais, dólares e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. Os índices de correção utilizados para essa operação é CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até março de 2016.

### *17.6 Nota de Crédito Rural*

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval e utilizado taxa fixa na sua atualização. O vencimento dessa operação se dará em novembro de 2012.

### *17.7 ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio*

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações.

As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantidas por notas promissórias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa pré-fixada. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até fevereiro de 2013.

### *17.8 Financiamento Parque Industrial*

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada mais variação cambial. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

### *17.9 Pré-Pagamento*

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até março de 2017.

#### *17.10 FCO - Fundo Constitucional Centro-Oeste*

Linha de crédito destinada ao apoio financeiro para empreendimentos localizados, exclusivamente, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os prazos de financiamentos são fixados de acordo com o item a ser financiado. Essa modalidade é garantida por hipoteca e utilizada taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento é mensal com parcelas acrescidas de juros, e se dará até dezembro de 2013.

#### *17.11 Senior Notes - Bonds*

São captações de dívida de longo prazo, em dólares norte-americanos, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (Rule 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado.

A Companhia realizou três captações desta natureza desde 2006, às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US\$375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (novembro/2016). Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a inclusão de aval da Marfrig Alimentos S.A. e de suas subsidiárias União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) B.V. e Seara Alimentos S.A. em garantia às obrigações da emissora perante os detentores dos Bonds em circulação. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente.

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US\$500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (maio/2020). Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (mai/2018). Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Overseas Limited e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia.

Tendo em vista que as *Senior Notes* emitidas em 2006, 2010 e 2011 representam 27,24% do endividamento consolidado da Companhia em 31 de março de 2012 (e representavam 28,07% de tal endividamento em 31 de dezembro de 2011), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o EBITDA (ou LAJIDA) nos últimos 12 meses, não superior a 4,75x, prevista nas escrituras de emissão das *Senior Notes*, baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período, bem como as debêntures descritas na Nota Explicativa nº 23.2.

#### *17.12 PAE - Antecipação de Empréstimo para Exportação*

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos importados pelo Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do ITE - *Impuesto de Timbre y Estampilla* (equivalente ao IOF no Brasil). As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias. O cronograma de pagamento dessas operações se deu até 31 de dezembro de 2012.

#### *17.13 BNDES PROCER - Financiamento para Capital de Giro*

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de capital de giro com o objetivo de promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuária. O custo desta operação é de 11,25% ao ano. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até outubro de 2012.

#### *17.14 Empréstimos Bancários*

As operações captadas nesta modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em dólares e pesos, que em alguns casos somente poderão ser aplicados para pagamentos de estoques e ativos fixos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas, entretanto em alguns casos não possuem garantias. As operações captadas em pesos são atualizadas pela BADLAR (*Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate*), e as linhas captadas em dólares possuem taxas pré-fixadas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até outubro de 2016.

*17.15 Linha de Credito Rotativo (Revolver Credit Facility)*

Linha de credito multimoeda compromissada por um conjunto de bancos à disposição da subsidiaria Keystone Foods no valor de USD 500 milhoes por um período de 03 anos. A taxa de juros aplicável nesta linha rotativa é limitada a LIBOR + 3,25% a.a..

17.16 Obrigações Negociáveis

Captação de recursos em dólares americanos, realizadas por nossas subsidiárias na Argentina e no Uruguai. Estas operações destinam-se à obtenção de capital de giro, sem garantias e com vencimento até setembro de 2016.

17.17 Cronogramas de vencimento:

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional				
1T12	-	101.861	-	405.614
2T12	146.665	133.260	209.558	192.199
3T12	41.692	35.354	198.104	130.109
4T12	28.074	38.694	54.033	48.234
1T13	102.902	-	256.829	-
2013	397.086	543.740	566.858	769.159
2014	363.053	214.798	364.167	239.440
2015	249.238	100.843	250.534	102.139
2016	83.990	34.479	85.286	35.775
2017	32.498	32.498	33.794	33.794
2018	32.498	32.498	33.794	33.793
2019	13	13	1.309	1.308
2020	12	12	1.308	227
2021	1	1	217	1
	<u>1.477.722</u>	<u>1.268.051</u>	<u>2.055.791</u>	<u>1.991.792</u>

Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Moeda estrangeira				
1T12	-	174.743	-	728.270
2T12	139.276	114.857	593.873	282.159
3T12	161.842	223.579	677.449	291.804
4T12	122.298	78.125	248.407	198.646
1T13	269.236	-	387.064	-
2013	774.467	1.055.441	923.012	1.233.542
2014	995.501	1.025.021	1.776.544	1.699.960
2015	931.222	958.765	965.210	994.396
2016	201.786	207.745	923.732	915.067
2017	109.326	-	118.207	9.636
2018	-	-	1.315.092	1.352.636
2020	-	-	880.731	905.170
	<u>3.704.954</u>	<u>3.838.276</u>	<u>8.809.321</u>	<u>8.611.286</u>
Total do endividamento	<u>5.182.676</u>	<u>5.106.327</u>	<u>10.865.112</u>	<u>10.603.078</u>

*17.18 Garantias dos empréstimos e financiamentos:*

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Saldo de financiamentos	<u>5.182.676</u>	<u>5.106.327</u>	<u>10.865.112</u>	<u>10.603.078</u>
Garantias:				
Nota Promissória	1.974.651	2.155.087	2.124.945	2.301.707
Duplicatas	150.968	42.532	212.105	101.591
Fiança Bancária	4.426	5.394	51.408	43.520
Contrato de Fornecimento	-	-	1.877	1.833
Aval	1.676.592	1.673.858	2.865.575	2.746.919
Bem Financiado	1.149	1.233	9.179	10.815
Documentos de exportação	-	-	32.824	26.489
Instalações	30.346	33.520	30.346	33.520
Hipotéca	-	-	48.425	47.074
Aplicação Financeira	186.439	237.099	202.518	259.956
Crédito de Exportação	-	-	37.096	45.421
Sem Garantias	1.158.105	957.604	5.248.814	4.984.233

### 17.19 Covenants

Todos os contratos de empréstimos e financeiros são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

## 18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

### 18.1 ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 645/10 (CPC 06 (R1)), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 13.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos *covenants*.

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Controladora		
				Saldo 31/03/12	Futuros Pagamentos 31/03/12	Saldo 31/12/11
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	11,6%	1,6	3.645	3.153	4.279
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	8,8%	0,7	3.205	3.246	4.377
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,3%	1,3	12.501	11.086	14.319
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	13,4%	0,6	7.440	7.562	10.907
Juros Financeiro a vencer				(15.864)		(18.473)
AVP Arrend. Financ. Leasing				(4.055)		(6.683)
Total moeda nacional				<u>6.872</u>	<u>25.047</u>	<u>8.726</u>
Total Controladora				<u>6.872</u>	<u>25.047</u>	<u>8.726</u>
Passivo Circulante				2.785		3.970
Passivo Não Circulante				<u>4.087</u>		<u>4.756</u>

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/03/12	Futuros Pagamentos 31/03/12	Saldo 31/12/11
<b>Moeda nacional</b>						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	5,5%	1,0	9.982	10.027	11.898
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	8,8%	0,7	3.205	3.221	4.377
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,6%	1,8	14.811	15.077	16.895
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	13,2%	0,6	7.802	7.851	11.330
Juros Financeiro a vencer				(17.345)	-	(20.668)
AVP Arrend. Financ. Leasing				(4.055)	-	(6.683)
<b>Total moeda nacional</b>				<b>14.400</b>	<b>36.176</b>	<b>17.149</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,7%	4,7	1.930	1.972	2.114
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	4,2%	6,1	173.930	177.606	181.340
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	1,5	1.319	1.338	1.535
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	Taxa	6,2%	16,6	98.490	107.036	100.596
<b>Total moeda estrangeira</b>				<b>275.669</b>	<b>287.952</b>	<b>285.585</b>
<b>Total Consolidado</b>				<b>290.069</b>	<b>324.128</b>	<b>302.734</b>
Passivo Circulante				54.584		59.911
Passivo Não Circulante				235.485		242.823

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
<b>Moeda nacional</b>				
1T12	-	1.143	-	2.896
2T12	1.027	1.143	3.142	2.942
3T12	1.075	1.134	3.219	2.957
4T12	452	550	1.719	1.637
1T13	231	-	802	-
2013	2.264	3.281	2.863	4.389
2014	819	669	1.273	1.133
2015	683	605	958	900
2016	285	201	387	295
2017	36	-	37	-
<b>Total moeda nacional</b>	<b>6.872</b>	<b>8.726</b>	<b>14.400</b>	<b>17.149</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
1T12	-	-	-	15.851
2T12	-	-	12.033	11.625
3T12	-	-	11.525	10.948
4T12	-	-	11.460	11.055
1T13	-	-	10.684	-
2013	-	-	32.253	38.237
2014	-	-	37.014	36.494
2015	-	-	44.442	43.787
2016	-	-	27.362	26.486
2017	-	-	7.420	7.226
2018	-	-	49.904	83.876
2019	-	-	31.572	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>275.669</b>	<b>285.585</b>
<b>Total arrendamento</b>	<b>6.872</b>	<b>8.726</b>	<b>290.069</b>	<b>302.734</b>

O cronograma do valor presente do total dos pagamentos futuros mínimos do arrendamento mercantil financeiro é o seguinte:

	Controladora	
	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional		
Até 1 ano	2.785	3.970
De 1 ano até 5 anos	4.087	4.756
	<u>6.872</u>	<u>8.726</u>
	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional		
Até 1 ano	8.882	10.432
De 1 ano até 5 anos	5.518	6.717
	<u>14.400</u>	<u>17.149</u>
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	45.702	49.479
De 1 ano até 5 anos	148.491	152.230
Mais de 5 anos	81.476	83.876
	<u>275.669</u>	<u>285.585</u>
	<u>290.069</u>	<u>302.734</u>

Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional				
Garantias:				
Bem financiado	6.872	8.726	14.400	17.149
Total moeda nacional	6.872	8.726	14.400	17.149
Moeda estrangeira				
Garantias:				
Bem financiado	-	-	275.669	285.585
Total moeda estrangeira	-	-	275.669	285.585
Total	6.872	8.726	290.069	302.734

## 18.2 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A seguir é apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de março de 2012:

							Controladora
Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/03/12	
<b>Moeda nacional</b>							
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/08/08	13,50%	0,8	1.640	990	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	0,6	1.206	970	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	15,02%	0,8	4.790	3.474	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	15,02%	1,1	5.429	3.524	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,1	1.718	1.110	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,0	2.651	1.638	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	12,54%	1,1	1.759	1.102	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,0	1.571	870	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	12,54%	1,1	260	241	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	10,64%	1,7	7.247	2.878	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	1,7	1.216	507	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,3	2.699	727	
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	12/10/11	10,50%	2,4	28	5	
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	13,50%	0,7	5.691	3.445	
LEASEPLAN ARR. MERC. S A	Veículos	20/01/12	IGP-M ano	2,8	394	33	
Frigorífico Extremo Sul	Planta Frigorífica	01/10/09	IGP-M ano	0,4	4.966	4.013	
<b>Total moeda nacional</b>					<b>43.265</b>	<b>25.527</b>	
<b>Moeda estrangeira</b>							
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,4	3.907	1.555	
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,4	9.767	3.888	
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,4	6.364	2.007	
<b>Total moeda estrangeira</b>					<b>20.038</b>	<b>7.450</b>	
<b>Total moeda nacional e estrangeira</b>					<b>63.303</b>	<b>32.977</b>	

Marfrig Alimentos S.A.

Consolidado						
Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/03/12
<b>Moeda nacional</b>						
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/08/08	13,50%	0,8	1.640	990
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	0,6	1.206	971
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	15,02%	0,8	4.790	3.474
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	15,02%	1,1	5.429	3.524
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,1	1.718	1.110
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,0	2.651	1.638
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	12,54%	1,1	1.759	1.102
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,0	1.571	870
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	12,54%	1,1	260	241
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	10,64%	1,7	7.247	2.878
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	1,7	1.216	507
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,3	2.699	727
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	12/10/11	10,50%	2,4	28	5
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	13,50%	0,7	5.691	3.445
LEASEPLAN ARR. MERC. S A	Veiculos	20/01/12	IGP-M ano	2,8	394	33
Frigorifico Extremo Sul	Planta Frigorifica	01/10/09	IGP-M ano	0,4	4.965	4.012
Frigorifico Mercosul	Planta frigorifica	21/09/09	IGP-M ano	3,8	100.000	12.178
Frigorifico Margem	Planta frigorifica	09/10/09	IGP-M ano	3,8	164.500	25.808
Frigorifico 4 Rios	Planta frigorifica	01/12/09	IGP-M ano	3,8	9.600	4.736
Frigorifico Boivi	Planta frigorifica	29/12/09	IGP-M ano	4,8	6.001	2.380
<b>Total moeda nacional</b>					<b>323.365</b>	<b>70.629</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,4	3.907	1.555
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,4	9.767	3.888
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,4	6.364	2.007
<b>Total moeda estrangeira</b>					<b>20.038</b>	<b>7.450</b>
<b>Total moeda nacional e estrangeira</b>					<b>343.403</b>	<b>78.079</b>

O cronograma de vencimentos do saldo financiado do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

Controladora	
31/03/12 (a valor presente)	
<b>Moeda nacional</b>	
Até 1 ano	14.098
De 1 ano até 5 anos	3.639
	<u>17.737</u>
<b>Moeda estrangeira</b>	
Até 1 ano	1.574
De 1 ano até 5 anos	10.334
Mais de 5 anos	681
	<u>12.589</u>
	<u>30.326</u>

	Consolidado
	31/03/12 (a valor presente)
<hr/>	
Moeda nacional	
Até 1 ano	79.949
De 1 ano até 5 anos	172.786
	<hr/> 252.735
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	1.574
De 1 ano até 5 anos	10.334
Mais de 5 anos	682
	<hr/> 12.590
	<hr/> <hr/> 265.325

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

## 19. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Debêntures a pagar	598.200	598.200	598.200	598.200
(-) Custo emissão de debêntures	(3.595)	(4.249)	(3.595)	(4.249)
Juros debêntures conversíveis	247.571	225.874	247.571	225.874
(-) IRRF sobre juros debêntures	(49.914)	(45.575)	(49.914)	(45.575)
	<u>792.262</u>	<u>774.250</u>	<u>792.262</u>	<u>774.250</u>
Passivo Circulante - Juros sobre debêntures	197.657	180.299	197.657	180.299
Passivo Circulante - Debêntures a pagar	199.400	-	199.400	-
Passivo Não Circulante - Debêntures a pagar	<u>395.205</u>	<u>593.951</u>	<u>395.205</u>	<u>593.951</u>

A Companhia, após aprovação em Reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2011, realizou a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória da Companhia, com esforços restritos, nos moldes da Instrução CVM nº. 476/2009, captando com as seguintes características: valor nominal de R\$ 598.200.000, dividido em 598.200 debêntures, no valor unitário nominal de R\$1.000, data de emissão de 18 de janeiro de 2011, vencimento em 18 de janeiro de 2018, dividida em duas séries, sendo (i) Primeira Série, com a emissão de 360.000 debêntures, com remuneração sobre o valor nominal desde a data da emissão de 127,6% da taxa DI a.a., base 252 dias, sem correção monetária, e (ii) a Segunda Série, com a emissão de 238.200 debêntures, com remuneração do valor nominal desde a data da emissão corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de 9,5% a.a. base 252 dias; com garantia de cessão fiduciária de fluxo de recebíveis de titularidade da Companhia, no valor de 20% do saldo das debêntures emitidas e garantia fidejussória (fiança) das seguintes subsidiárias: (i) União Frederiquense Participações Ltda. (ii) Seara Alimentos S.A; e (iii) Marfrig Holdings (Europe) B.V.

As operações acima descritas tiveram seus fluxos convertidos a uma variação cambial em USD acrescidos da taxa de 6,75% ao ano pelo período completo da operação.

Também estão provisionados juros de debêntures conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 23.2.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos das debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional				
1T12	-	65.041	-	65.041
3T12	172.584	115.258	172.584	115.258
1T13	224.473	199.400	224.473	199.400
2014	199.400	199.400	199.400	199.400
2015	195.805	195.151	195.805	195.151
	<u>792.262</u>	<u>774.250</u>	<u>792.262</u>	<u>774.250</u>

## 20. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Títulos a pagar investimentos Europa (a)	-	-	121.261	164.695
Títulos a pagar investimentos Brasil	35.028	56.835	35.028	56.835
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	-	-	6.312	263
Derivativos a pagar (c)	217.544	209.185	243.361	243.888
Partes relacionadas (d)	718.847	623.382	-	-
Outros	-	1.745	105	833
AVP	(1.819)	(1.819)	(1.819)	(1.819)
	<u>969.600</u>	<u>889.328</u>	<u>404.248</u>	<u>464.695</u>
Passivo Circulante	316.389	237.583	398.572	434.158
Passivo Não Circulante	653.211	651.745	5.676	30.537

(a) O fato relevante da Companhia divulgado ao mercado em 23 de junho de 2008 informou que a Marfrig adquiriu empresas na Europa e no Brasil. O contrato de aquisição continha previsão de um pagamento contingente potencial de até de US\$220 milhões, baseado no futuro desempenho dos negócios situados na Europa. Tal aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2008, bem como em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de dezembro de 2008. Tal obrigação foi registrada em conformidade com o CPC 15 - Combinação de Negócios e divulgado conforme a Deliberação CVM nº 603/2009, com os devidos efeitos nas demonstrações financeiras de 1º de janeiro 2009, data de transição dos CPCs / IFRS. Em setembro de 2011 a Companhia e os antigos acionistas das empresas adquiridas chegaram a um acordo a respeito do montante que seria desembolsado referente ao pagamento contingente acima mencionado, que será liquidado durante o exercício de 2012.

(b) Em 8 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("SELEÇÕES").

O contrato permite divulgar o patrocínio das "SELEÇÕES" por meio de exposição e associações à marca e produtos SEARA, bem como MONTANA, BASSI, DAGRANJA, PALATARE e outras marcas de titularidade da MARFRIG. Possibilita ainda o direito de imagens individuais de atletas e membros das Comissões Técnicas das Seleções e de terceiros, a utilizar o logotipo da CBF em campanhas publicitárias dos produtos de linha, incluindo ações em loja (*In-Store*), bem como brindes e embalagens de produtos em território nacional e estrangeiro. A CBF fica obrigada a divulgar as marcas fornecidas pela MARFRIG em *back-drop* em todas as entrevistas coletivas tanto no Brasil como no exterior, divulgar o logotipo da marca nas costas dos uniformes de treino e lazer, utilizados pelos integrantes da seleção. A vigência deste contrato é da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™*, *FIFA Confederations Cup 2013* e *2014 FIFA World Cup™*. O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: SEARA, PATY, PEMMICAN e MOY PARK, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição.

Em 01 de fevereiro de 2012 a Companhia firmou contrato com o Santos Futebol Clube para patrocínio das equipes profissionais de futebol masculino de campo do clube. O contrato permitiu o patrocínio nos ombros das camisas de jogo e de treino da equipe nos campeonatos Paulista, Libertadores e Campeonato Brasileiro do ano de 2012.

(c) Na nota explicativa nº 31 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de commodities. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar.

(d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.

## 21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

21.1 A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas e previdenciárias	5.775	5.775	38.571	38.537
Fiscais	1.446	1.446	140.299	111.735
Cíveis	4.834	4.834	31.790	38.453
	<u>12.055</u>	<u>12.055</u>	<u>210.660</u>	<u>188.725</u>

### 21.1.1 TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R\$38.571. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros.

### 21.1.2 FISCAIS

As contingências fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.

A totalidade de provisão de contingências fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizando o valor de R\$1.446. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS no Estado do Mato Grosso, e decorrem da emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal.

### IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

A controlada Seara possui provisão de contingências fiscais no valor total de R\$100.157, a qual se compõe da seguinte forma:

- A controlada Seara possui processos administrativos que discutem a glosa de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS totalizando o valor de R\$8.002, relativos a créditos sobre despesas com depreciação, créditos sobre bens adquiridos para revenda, sobre despesas com fretes, sobre atividades de transporte de cargas, presumido do PIS e da COFINS de atividades agroindustriais, sobre despesas de aluguéis, e sobre despesa com comissão.
- A Seara ainda possui processos administrativos que discutem a glosa de créditos presumidos de IPI como forma de ressarcimento do PIS/COFINS incidente sobre as exportações no valor de R\$3.793 e possui provisões tributárias no valor de R\$15.188 das quais, R\$12.945 correspondem aos processos administrativos relativos a i) IRPJ/CSLL no valor de R\$ 4.450; ii) glosas de créditos de PIS/COFINS sobre insumos tributados a alíquota zero, produtos monofásicos, despesas com fretes e créditos presumidos das atividades agroindustriais no valor de R\$8.020; iii) ICMS sobre margem nas transferências no valor de R\$249; iv) ITR sobre valor da Terra Nua no valor de R\$226 e R\$2.243 a riscos fiscais não materializados até o momento.
- A Seara possui também provisão de R\$8.776 referente a honorários advocatícios sobre Processos Tributários, R\$51.812 referentes a Provisão de IRPJ/CSLL sobre Créditos Tributários e R\$12.586 referentes a Juros sobre Compensação de Débito de Tributos Previdenciários com Créditos de Tributos Federais.

Ainda, as subsidiárias Zenda, DaGranja, Mabella, Penasul, Agrofrango e Braslo possuem em conjunto provisão para contingência tributária no valor de R\$ 38.696, que individualmente não são relevantes.

### 21.1.3 CÍVEIS

Em 31 de março de 2012 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$31.790.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

21.2 Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas e previdenciárias	60.995	79.684	169.363	187.037
Fiscais	360.314	336.942	676.146	614.554
Cíveis	10.020	11.845	74.254	78.346
	<u>431.329</u>	<u>428.471</u>	<u>919.763</u>	<u>879.937</u>

#### 21.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

Entre as ações civis públicas de natureza trabalhista, destacamos as ações civis públicas da controlada Seara, que na opinião dos assessores legais, estão classificadas como de perda possível no valor estimado de R\$ 24.730, as quais discutem basicamente horas extras na troca de uniforme (minutos de preparo), Art. 253, da CLT (intervalo de 20 minutos a cada uma hora e 40 minutos para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado), horas *in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade, risco ergonômico entre outras.

Ainda, a maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, entre outros. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

#### 21.2.2. Fiscais

Apresentamos abaixo as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

#### Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de março de 2012 constam processos administrativos movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$ 189.518, exigindo:

(i) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS e obrigações acessórias e (ii) multa para liberação de mercadoria por erro formal em documentação; o valor histórico total envolvido nas autuações desses itens i) e ii) totalizam R\$1.172, para os quais não foi constituída provisão uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos são possíveis; (iii) crédito presumido de IPI, no valor histórico de R\$293, com julgamento administrativo que já reconheceu a procedência do crédito da empresa; iv) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização; v) contribuições destinadas a Seguridade Social (FUNRURAL e GILLRAT) e outras entidades e fundos (SENAR) no valor histórico de R\$ 82.223, já objeto de defesa administrativa alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72 e vi) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência apuração de lucros de empresas controladas no exterior no valor histórico de R\$ 37.278, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de êxito possível.

A empresa controladora e suas controladas possuem processos administrativos decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, sendo Marfrig R\$ 19.517, Penasul R\$3.026, Dagranga R\$20.059, Mabella R\$18.064, Seara R\$ 68.175, Pampeano R\$5.243 e Agrofrango R\$6.458. Estas empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação nos termos realizados.

#### PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a Companhia propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Referida ação gera efeitos favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias e não de forma antecipada, no momento da Importação.

### Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais e crédito outorgado, os quais montam o valor histórico de R\$45.490. Deste montante o valor de R\$13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade. A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$685. No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$11.249.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos administrativos lavrados é R\$ 209.098. Encontra-se em discussão em fase administrativa o valor total de R\$ 91.020. A Companhia possui ação judicial que questiona a exigibilidade do crédito, equivalente a R\$ 98.635. Dentre esses, três são execuções fiscais no valor histórico de R\$73.847. A empresa controlada Dagranja possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraná, no valor histórico de R\$ 27.821, objeto de discussão administrativa e medida judicial quanto aos processos com fase administrativa encerrada.

### IPI CRÉDITO - Prêmio

A Companhia possui Pedidos de Restituição administrativo pleiteando IPI Crédito -Prêmio que totalizam R\$ 671.899 já julgados em 1ª Instância Administrativa mas pendente de julgamento em esfera recursal. Referidos pedidos referem-se a créditos não utilizados pela empresa.

#### 21.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias, que individualmente não são relevantes.

### 21.3 Movimentação das provisões

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	TOTAL	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.775	1.446	4.834	12.055	38.537	111.735	38.453	188.725
Adição	-	-	-	-	2.094	25.868	795	28.757
Reversão	-	-	-	-	(1.444)	(1.057)	(1.163)	(3.664)
Reclassificação	-	-	-	-	(509)	3.919	(6.295)	(2.885)
Ganho/Perda na conversão	-	-	-	-	(107)	(166)	-	(273)
Saldo em 31 de março de 2012	5.775	1.446	4.834	12.055	38.571	140.299	31.790	210.660

### 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Imposto de renda	83.115	94.660	1.073.221	1.106.219
Contribuição social	29.921	34.077	303.364	309.457
	113.036	128.737	1.376.585	1.415.676

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção do CPC 15 de combinação de negócios.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no período findo em 31 de março de 2012:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	94.660	34.077	1.106.219	309.457
Realização de reserva de reavaliação	(439)	(158)	(4.828)	(1.930)
Realização do deemed cost	(11.106)	(3.998)	(11.278)	(4.060)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	14.846	5.623
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	(2.933)	(454)
Outros	-	-	(13.989)	(5.272)
Ganho/perda na conversão	-	-	(14.816)	-
Saldo em 31 de março de 2012	83.115	29.921	1.073.221	303.364

## 23. PATRIMONIO LÍQUIDO

### 23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2012 é de R\$4.061.478 representado por 346.983.954 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2011 era de R\$4.061.478). Deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, este capital é de R\$ 3.986.518 (em 31 de dezembro de 2010 era de 3.986.518).

Com base na Deliberação CVM nº 649/10, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 27.5.

## 23.2 RESERVA DE CAPITAL - DEBÊNTURES CONVERTÍVEIS

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Alimentos S/A.", emitiu 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$10, no valor total de R\$2.500.000. As debêntures foram emitidas em 15/07/2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração das debêntures está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S/A. A totalidade das 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures foi subscrita em diversas datas durante o mês de setembro, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S/A.

A Companhia, com base nas características da operação, registrou como Reserva de Capital as debêntures emitidas. Conforme definido na referida Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R\$24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

Caso a conversão ocorra pelo valor de R\$24,50, haveria emissão de 102.040.816 ações.

A Companhia incorreu em R\$12.328 de gastos com emissão de debêntures, registrados como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Em agosto de 2011 houve a renovação da fiança no montante de R\$ 8.365, desta forma, o saldo de gasto com emissão de ações passou a ser de R\$ 20.693.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pela BNDES Participações S/A, a MMS Participações S/A e a BNDES Participações S/A firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Alimentos S.A.

## 23.3 RESERVAS DE LUCROS

### 23.3.1 Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2011 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo no exercício. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2011 permaneceu em R\$44.476.

### 23.3.2 Ações em tesouraria

#### Programa de Recompra de Ações

Em reunião realizada no dia 07 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, bem como de subsidiar o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O programa tinha vigência até 07 de fevereiro de 2012 e prevê a utilização de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais) para a aquisição de até 5.800.000 (cinco milhões e oitocentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 2,97% do total de ações em circulação.

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações são mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

As operações de aquisição são realizadas a preço de mercado, no pregão da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., respeitando os períodos de vedação legais e regulamentares, principalmente a restrição à negociação de valores mobiliários prevista no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Marfrig adquiriu 865.000 (oitocentas e sessenta e cinco mil) ações, pelo montante de R\$ 7.074, registrado como aquisição de ações em tesouraria no patrimônio líquido.

O quadro a seguir apresenta informações referentes às aquisições de ações de emissão própria:

Período	Espécie	Quantidade de ações da recompra (ações)	Preços de negociação das recompras (R\$)			Cotação de Fechamento de mercado <sup>1</sup> (R\$)	Valor de Mercado (R\$ mil)
			Mínimo	Médio	Máximo		
2011	Ordinárias	1.100.000	8,42	8,51	8,66	8,54	9.394,0
1T12	Ordinárias	865.000	8,04	8,18	8,39	11,50	9.947,5

<sup>1</sup> Cotação de fechamento de pregão, divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Marfrig, sob o código MRFG3, tendo como base o último pregão de dezembro de 2011.

### Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Marfrig mantinha 1.332.598 ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,38% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$13, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$10,28 (dez reais e vinte e oito centavos).

No trimestre findo em 31 de março de 2012, foram transferidas 53.350 ações ordinárias aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 27.5

Em 31 de março de 2012, a Marfrig mantinha 2.144.248 ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,62% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$20.272, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$9,45.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no período:

	<b>Quantidade (ações)</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>
<b>Saldo em 31/12/2011:</b>	<b>1.332.598</b>	<b>R\$ 13.702</b>
(+) Aquisição – Programa de Recompra	865.000	R\$ 7.074
(-) Alienação – Plano de Opções	(53.350)	(R\$ 504)
<b>Saldo em 31/03/2012:</b>	<b>2.144.248</b>	<b>R\$ 20.272</b>

## 23.4 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

### 23.4.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Esta conta também reconhece os efeitos de adoção do "*deemed cost*".

### 23.4.2 AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das informações trimestrais de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

### 23.5 DIVIDENDOS A PAGAR

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas informações trimestrais da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

Na Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a Demonstração Financeira do ano de 2011, na qual está demonstrado que a Companhia neste ano apresentou prejuízo e, desta forma não houve proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2011.

### 23.6 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP.

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio no ano de 2011.

### 23.7 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido de subsidiárias da Companhia.

## 24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	683.041	767.897	3.787.449	3.628.326
Vendas no mercado externo	344.931	368.985	1.700.664	1.940.817
	<u>1.027.972</u>	<u>1.136.882</u>	<u>5.488.113</u>	<u>5.569.143</u>
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(27.032)	(34.615)	(150.988)	(195.278)
Devoluções e abatimentos	(34.437)	(34.374)	(104.586)	(121.720)
	<u>(61.469)</u>	<u>(68.989)</u>	<u>(255.574)</u>	<u>(316.998)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>966.503</u>	<u>1.067.893</u>	<u>5.232.539</u>	<u>5.252.145</u>

## 25. RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Custos das vendas				
Custos dos estoques	629.112	785.742	3.587.503	3.751.705
Depreciação	16.007	16.082	112.283	107.243
Amortização	522	-	61.192	59.207
Salários e benefícios a empregados	42.016	38.385	668.275	605.222
	<u>687.657</u>	<u>840.209</u>	<u>4.429.253</u>	<u>4.523.377</u>
Despesas administrativas				
Depreciação	1.286	1.249	7.451	7.933
Amortização	-	-	3.276	2.156
Salários e benefícios a empregados	13.668	18.114	90.250	71.318
Outros	34.175	22.955	110.030	114.500
	<u>49.129</u>	<u>42.318</u>	<u>211.007</u>	<u>195.907</u>
Despesas comerciais				
Depreciação	61	67	1.976	1.604
Amortização	-	-	128	253
Salários e benefícios a empregados	4.552	6.569	43.952	43.926
Outros	61.613	60.079	316.645	305.332
	<u>66.226</u>	<u>66.715</u>	<u>362.701</u>	<u>351.115</u>

## 26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita Financeira				
Resultado financeiro com derivativos	10.243	65.531	30.819	65.531
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	18.649	49.284	48.561	70.726
Descontos Obtidos, outros	6.545	19.905	6.268	7.594
Total receita financeira	<u>35.437</u>	<u>134.720</u>	<u>85.648</u>	<u>143.851</u>
Varição cambial ativa	140.450	91.037	217.314	93.066
Despesa Financeira				
Juros Provisionados	(109.262)	(119.833)	(237.290)	(183.964)
Juros sobre debentures	(100.146)	(90.794)	(100.146)	(90.794)
Juros sobre arrendamento	(2.610)	(7.403)	(5.816)	(7.442)
Derivativos	(21.987)	(48.918)	(38.293)	(54.385)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas	(4.451)	(15.021)	(36.514)	(27.829)
Outros	(8.830)	(2.612)	(11.743)	(6.167)
Total despesa financeira	<u>(247.286)</u>	<u>(284.581)</u>	<u>(429.802)</u>	<u>(370.581)</u>
Varição cambial passiva	(65.780)	(14.857)	(122.649)	(45.246)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(137.179)</u>	<u>(73.681)</u>	<u>(249.489)</u>	<u>(178.910)</u>

## 27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de compensação visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (Bônus e *Stock Option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (Curto Prazo e Longo Prazo).

O Comitê de Governança Corporativa e Remuneração é o colegiado responsável pela avaliação/análise da remuneração dos administradores. O comitê é formado pelos seguintes cargos: Membro do Conselho de Administração (coordenador), Presidente e Diretor Corporativo de RH. As reuniões têm periodicidade mensal, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

### 27.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada Bônus de curto prazo ou em *Stock Option*. É fixado um valor anual para cada um dos membros converterem em ações - *Stock Option*-samente longo prazo. O preço da ação é baseado na média dos últimos 20 pregões anteriores a 3 de março de cada ano. Não há subsídio por parte da empresa.

O exercício da opção é feito em 4 anos (25% ao ano), tal qual os critérios abaixo dos diretores estatutários.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração da Marfrig.

### 27.2 DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de Curto Prazo (Bônus) e Longo Prazo (*Stock Options*) - As metas estabelecidas pela empresa para avaliação dos administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos (EBITDA da divisão e Lucro Líquido do Grupo Marfrig) e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como o Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao dia 03 de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual (“*Vesting*”) obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração.

### 27.3 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

### 27.4 REMUNERAÇÃO CONSOLIDADA

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de três membros do Conselho de Administração (os outros quatro membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (os outros três membros são suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, formado por um Membro do Conselho de Administração (coordenador), pelo Presidente e pelo Diretor Corporativo de Recursos Humanos.

### 27.5 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - STOCK OPTION PLAN

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável, os quais estão divulgados detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado.

Durante o trimestre encerrado em 31 de março de 2012, foram transferidas 53.350 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Quantidade de ações exercidas	Preço Médio de Mercado <sup>1</sup> (R\$ por ação)
<b>Opções Exercidas - 2011</b>	<b>161.600</b>	
Janeiro/12	125	8,52
Fevereiro/12	1.100	9,00
Março/12	52.125	11,31
<b>Opções Exercidas - 2012</b>	<b>53.350</b>	

<sup>1</sup> Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

<i>Movimentação Consolidada</i> (Ações)	1T12	2011	2010
Saldo inicial	617.814	899.972	752.880
Opções outorgadas	571.105	-	320.700
Opções exercidas	53.350	161.600	173.608
Opções canceladas e vencidas	-	120.558	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.135.569</b>	<b>617.814</b>	<b>899.972</b>

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("vesting") até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim é de 0,50% conforme detalhado na tabela a seguir:

	Plano Master 07-08	Plano Master 08-09	Plano ESP I LP 07-08	Plano ESP II CP 08-09	Plano ESP III LP 08-09	Plano ESP IV LP 09-10	Plano ESP V LP 10-11	1T12 Total
Data de concessão	03/03/08	28/07/09	28/07/09	28/07/09	28/07/09	01/07/10	20/04/11	

Marfrig Alimentos S.A.

Contratos em aberto	27.600	55.300	41.600	-	209.114	-	565.355	898.969
Ações em Circulação								180.202.312
Percentual de diluição	0,02%	0,03%	0,02%	0,00%	0,12%	0,00%	0,31%	0,50%

Em 31/03/2012, o valor justo das opções estava registrado no patrimônio líquido da Marfrig ao montante de R\$ 20.272(R\$ 13.702 em 31/12/2011). A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no montante líquido negativo de R\$224,4, conforme detalhado na tabela a seguir:

<b><i>Efeitos decorrentes do exercício de opções (R\$ mil)</i></b>	<b><i>1T12</i></b>	<b><i>2011</i></b>
Valor Recebido pela venda de ações - Opções exercidas	280,0	556,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(504,4)	(3.012,2)
<b>Efeito na alienação das ações</b>	<b>(224,4)</b>	<b>(2.456,0)</b>

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 6%a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, atualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - [www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm).

Volatilidade: 111,3%. A medida utilizada para estimar a volatilidade foi o beta histórico ajustado, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 31/03/2011 a 31/03/2012, em relação ao Índice IBOVESPA, representativo do mercado brasileiro de ações.

O valor justo das ações em 31/03/2012 nos diferentes programas e vencimentos situou-se entre o máximo de R\$6,6649 e o mínimo de R\$2,0870 negativo por ação para os planos MASTER, destinados aos Conselheiros, e entre o máximo de R\$10,8616 e o mínimo de R\$0,4740 por ação para os planos ESPECIAIS, destinados aos Executivos.

A composição das opções outorgadas é demonstrada a seguir:

Marfrig Alimentos S.A.

Total de opções outorgadas:

Planos	Data de Concessão	Período de performance (Carência)	Data de Expiração da Opção	Total de Opções Concedidas	Total de Opções Vestidas	Opções Exercidas no Período	Opções Canceladas e/ou Vencidas no Período	Opções Exercidas e/ou Canceladas em Períodos Anteriores	Contratos em Aberto	Preço de Exercício da Opção	Valor da Opção no Período (BlackScholes) em R\$	Valor de Mercado Opções não Vestidas (R\$ mil)	Valor de Mercado Opções Vestidas em Aberto (R\$ mil)	Efeitos no Resultado em Caso de Contabilização (R\$ mil)
<b>Total em</b>	<b>31/12/2011</b>			<b>1.198.580</b>	<b>623.316</b>	<b>161.600</b>	<b>120.558</b>	<b>298.608</b>	<b>617.814</b>			<b>-3.392,9</b>	<b>-378,5</b>	<b>-3.771,4</b>
MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2009	03/03/2010	13.800	13.800	0	0	13.800	0	R\$ 13,58700	-R\$ 13,58700	0,0	0,0	0,0
MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2010	03/03/2011	13.800	13.800	0	0	13.800	0	R\$ 13,58700	-R\$ 13,58700	0,0	0,0	0,0
MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2011	03/03/2012	13.800	13.800	0	0	0	13.800	R\$ 13,58700	-R\$ 13,58700	0,0	-187,5	-187,5
MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2012	03/03/2013	13.800	13.800	0	0	0	13.800	R\$ 13,58700	-R\$ 13,58700	0,0	-187,5	-187,5
				<b>55.200</b>	<b>55.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27.600</b>	<b>27.600</b>			<b>0,0</b>	<b>-375,0</b>	<b>-375,0</b>
MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2010	03/03/2011	27.900	27.900	0	0	27.900	0	R\$ 6,77830	-R\$ 6,77830	0,0	0,0	0,0
MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2011	03/03/2012	27.675	27.675	27.675	0	0	0	R\$ 6,77830	-R\$ 6,77830	0,0	0,0	0,0
MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2012	03/03/2013	27.650	27.650	0	0	0	27.650	R\$ 6,77830	-R\$ 6,77830	0,0	-187,4	-187,4
MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2013	03/03/2014	27.650	0	0	0	0	27.650	R\$ 6,77830	-R\$ 6,77830	-187,4	0,0	-187,4
				<b>110.875</b>	<b>83.225</b>	<b>27.675</b>	<b>0</b>	<b>27.900</b>	<b>55.300</b>			<b>-187,4</b>	<b>-187,4</b>	<b>-374,8</b>
ESP I LP 07-08	28/07/2009	28/07/2009	30/11/2009	50.000	50.000	0	0	50.000	0	R\$ 0,75485	-R\$ 0,75485	0,0	0,0	0,0
ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2010	02/09/2010	50.000	50.000	0	0	50.000	0	R\$ 0,75485	-R\$ 0,75485	0,0	0,0	0,0
ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2011	02/09/2011	50.000	50.000	0	0	50.000	0	R\$ 0,75485	-R\$ 0,75485	0,0	0,0	0,0
ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2012	02/09/2012	50.000	50.000	8.400	0	0	41.600	R\$ 0,75485	-R\$ 0,75485	0,0	-31,4	-31,4
				<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>8.400</b>	<b>0</b>	<b>150.000</b>	<b>41.600</b>			<b>0,0</b>	<b>-31,4</b>	<b>-31,4</b>
ESP II CP 08-09	28/07/2009	28/07/2009	30/11/2009	80.200	80.200	0	0	80.200	0	R\$ 1,03823	-R\$ 1,03823	0,0	0,0	0,0
				<b>80.200</b>	<b>80.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80.200</b>	<b>0</b>			<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2010	02/09/2010	108.083	108.083	0	0	108.083	0	R\$ 0,67783	-R\$ 0,67783	0,0	0,0	0,0
ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2011	02/09/2011	108.083	108.083	0	0	107.258	825	R\$ 0,67783	-R\$ 0,67783	0,0	-0,6	-0,6
ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2012	02/09/2012	108.082	108.082	7.875	0	0	100.207	R\$ 0,67783	-R\$ 0,67783	0,0	-67,9	-67,9
ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2013	02/09/2013	108.082	0	0	0	108.082	0	R\$ 0,67783	-R\$ 0,67783	-73,3	0,0	-73,3
				<b>432.330</b>	<b>324.248</b>	<b>7.875</b>	<b>0</b>	<b>215.341</b>	<b>209.114</b>			<b>-73,3</b>	<b>-68,5</b>	<b>-141,7</b>
ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2011	02/09/2011	80.000	80.000	125	0	79.725	150	R\$ 11,02605	-R\$ 11,02605	0,0	-1,7	-1,7
ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2012	02/09/2012	80.000	80.000	3.550	0	0	76.450	R\$ 11,02605	-R\$ 11,02605	0,00	-842,94	-842,94
ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2013	02/09/2013	80.000	0	0	0	0	80.000	R\$ 11,02605	-R\$ 11,02605	-882,08	0,00	-882,08
ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2014	02/09/2014	80.000	0	0	0	0	80.000	R\$ 11,02605	-R\$ 11,02605	-882,08	0,00	-882,08
				<b>320.000</b>	<b>160.000</b>	<b>3.675</b>	<b>0</b>	<b>79.725</b>	<b>236.600</b>			<b>-1764,17</b>	<b>-844,60</b>	<b>-2608,76</b>
ESP V LP 10-11	20/04/2011	03/03/2012	02/09/2012	142.770	142.770	4.900	0	0	137.870	R\$ 7,02510	-R\$ 7,02510	0,00	-968,55	-968,55
ESP V LP 10-11	20/04/2011	03/03/2013	02/09/2013	142.770	142.770	275	0	0	142.495	R\$ 7,02510	-R\$ 7,02510	0,00	-1001,04	-1001,04
ESP V LP 10-11	20/04/2011	03/03/2014	02/09/2014	142.770	142.770	275	0	0	142.495	R\$ 7,02510	-R\$ 7,02510	0,00	-1001,04	-1001,04
ESP V LP 10-11	20/04/2011	03/03/2015	02/09/2015	142.770	142.770	275	0	0	142.495	R\$ 7,02510	-R\$ 7,02510	0,00	-1001,04	-1001,04
				<b>571.080</b>	<b>571.080</b>	<b>5.725</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>565.355</b>			<b>0,00</b>	<b>-3971,68</b>	<b>-3971,68</b>
<b>Total em</b>	<b>30/03/2012</b>			<b>1.769.685</b>	<b>1.473.953</b>	<b>53.350</b>	<b>0</b>	<b>580.766</b>	<b>1.135.569</b>			<b>-2024,85</b>	<b>-5478,58</b>	<b>-7503,43</b>

## 28. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para o período findo em 31 de março de 2012 e 2011 (em milhares, exceto quando mencionado):

	31/03/12	31/03/11
Lucro atribuível aos acionistas	34.476	23.502
Média ponderada da quantidade de ações do período (em unidades)	346.983.954	346.983.954
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de <i>Stock Option</i> (em unidades)	2.144.248	320.923
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	344.839.706	346.663.031
Lucro Básico e Diluído (em R\$)	<u>0,1000</u>	<u>0,0678</u>

A Companhia possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Alimentos S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos apresentáveis, organizada de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias e profissionalizadas e segmentadas em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizada na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa,
- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

A plataforma global do grupo está presente nos 5 continentes, com 150 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, de forma equivalente às consideradas para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.



Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Edificações e instalações frigoríficas	874.105	874.105	4.736.285	5.111.425
Estoques e lucros cessantes	203.973	203.973	2.131.269	2.261.180
Armazem de terceiros	76.712	76.712	118.172	152.682
Veículos	21.731	10.630	31.720	20.709
Transporte de mercadorias	41.442	42.088	1.548.302	1.580.375
Garantia de diretores	54.663	56.274	102.493	104.952
Responsabilidade civil	10.000	10.000	381.329	377.115
Outros	1.337.801	1.337.354	1.396.255	1.395.482
	<u>2.620.427</u>	<u>2.611.136</u>	<u>10.445.825</u>	<u>11.003.920</u>

### 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

#### 31.1 CONTEXTO GERAL

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das "commodities". Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas informações trimestrais divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária, adicionalmente, a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais; b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; c) aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de "leasing"; e d) aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

Marfrig Alimentos S.A.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

## 31.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias abaixo:

Controladora				
Ativos financeiros				
	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos para negociação	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	577.232	399.326	42.271	23.041
Aplicações financeiras	-	-	947.712	877.165
Valores a receber - clientes	271.048	381.222	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	-	2.388
Partes relacionadas	1.938.381	1.963.350	-	-
<b>Ativos financeiros totais</b>	<b>2.786.661</b>	<b>2.743.898</b>	<b>989.983</b>	<b>902.594</b>
Passivos financeiros				
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Fornecedores	267.527	344.484	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.182.676	5.106.327	-	-
Derivativos	-	-	217.544	209.185
Juros sobre debêntures	197.657	180.299	-	-
<b>Passivos financeiros totais</b>	<b>5.647.860</b>	<b>5.631.110</b>	<b>217.544</b>	<b>209.185</b>
Consolidado				
Ativos financeiros				
	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos para negociação	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	1.149.389	1.042.671	61.906	34.149
Aplicações financeiras	-	-	2.110.730	2.401.037
Valores a receber - clientes	1.325.225	1.302.906	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	12.631	24.585
<b>Ativos financeiros totais</b>	<b>2.474.614</b>	<b>2.345.577</b>	<b>2.185.267</b>	<b>2.459.771</b>
Passivos financeiros				
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Fornecedores	2.521.147	2.783.120	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.865.112	10.603.078	-	-
Derivativos	-	-	243.361	243.888
Juros sobre debêntures	197.657	180.299	-	-
<b>Passivos financeiros totais</b>	<b>13.583.916</b>	<b>13.566.497</b>	<b>243.361</b>	<b>243.888</b>

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 03.

### 31.3 COMPARAÇÃO DO VALOR DE MERCADO E DOS RESPECTIVOS VALORES JUSTOS

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	mar/12		dez/11	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.211.295	1.211.295	1.076.820	1.076.820
Aplicações Financeiras	2.110.730	2.110.730	2.401.037	2.401.037
Valores a receber - clientes	1.325.225	1.325.225	1.302.906	1.302.906
Fornecedores	2.521.147	2.521.147	2.783.120	2.783.120
Empréstimos e financiamentos	10.866.182	10.866.182	10.675.095	10.675.095
Derivativos	243.361	243.361	243.888	243.888
Juros sobre debêntures	197.657	197.657	180.299	180.299
Debentures	598.200	594.605	598.200	593.951

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

### 31.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

## 31.4.1 Gestão de capital

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	3.321.128	3.476.960
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	2.625.317	2.277.035
Indicador de Liquidez modificado	1,27	1,53
Indicador de alavancagem	4,42x	4,39x

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem, - endividamento circulante (curto prazo); e o Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre "EBITDA" em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

31 de dezembro de 2011	Consolidado					
	2012	2013	2014	2015	Após	Total
Fornecedores	2.783.120	-	-	-	-	2.783.120
Empréstimos e Financiamentos	2.277.035	2.002.701	1.939.400	1.096.535	3.287.407	10.603.078
Passivos financeiros derivativos	8.171	3.845	14.285	132.484	85.103	243.888
Juros sobre debêntures	180.299	-	-	-	-	180.299
<b>Total</b>	<b>5.248.625</b>	<b>2.006.546</b>	<b>1.953.685</b>	<b>1.229.019</b>	<b>3.372.510</b>	<b>13.810.385</b>

31 de março de 2012	2012	2013	2014	2015	Após	Total
Fornecedores	2.521.147	-	-	-	-	2.521.147
Empréstimos e Financiamentos	1.981.424	2.133.763	2.140.711	1.215.744	3.393.470	10.865.112
Passivos financeiros derivativos	13.561	15.383	11.551	118.922	83.944	243.361
Juros sobre debêntures	172.584	25.073	-	-	-	197.657
<b>Total</b>	<b>4.688.716</b>	<b>2.174.219</b>	<b>2.152.262</b>	<b>1.334.666</b>	<b>3.477.414</b>	<b>13.827.277</b>

### 31.5 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE TAXAS DE JUROS

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de março de 2012 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
NCE (R\$ e US\$) / ACC / Capital de giro (R\$)	3.459.699	3.059.976
(-) CDB-DI (R\$)	(658.657)	(1.002.199)
<b>Subtotal</b>	<b>2.801.042</b>	<b>2.057.777</b>
Exposição à taxa LIBOR		
Pré-pagamento (US\$)	2.483.515	2.595.233
Capital de giro (US\$)	204.570	205.561
Financiamento parque industrial (US\$) / Conta garantida (US\$)	4.391	5.994
<b>Subtotal</b>	<b>2.692.476</b>	<b>2.806.788</b>
Exposição à taxa TJLP:		
FINAME / FINEM / FINEP	56.295	61.047
<b>Subtotal</b>	<b>56.295</b>	<b>61.047</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.549.813</b>	<b>4.925.612</b>

A Companhia contratou operações de “swap”, não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo:

Instrumento	Registro	Vencimento	A receber	A pagar	Valor de referência US\$ (nacional) (2)	Valor Justo R\$ (1)	31/03/12	31/12/11
							Valor a receber (-) pagar	Valor a receber (-) pagar
Swap Taxa Juros	CETIP	2012	Libor Maior 2,10%	Libor Menor 2,10%	36.720	45.312	(547)	(1.027)
Swap Taxa Juros	CETIP	2013	Libor Maior 2,38%	Libor Maior 2,38%	50.000	91.904	(1.406)	(1.958)
Swap Taxa Juros	CETIP	2014	Libor Maior 3,30%	Libor Menor 3,30%	323.889	444.444	(11.551)	(14.285)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Libor Maior 2,75%	Libor Menor 2,75%	97.500	190.014	(7.898)	(109.291)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Maior VC USD + 7,13%	Menor VC USD + 7,13%	50.163	84.093	(17.097)	(14.518)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Menor VC USD + 9,5%	Maior VC USD + 9,5%	390.864	607.630	(80.085)	(8.675)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Menor Libor VC USD + 5,5%	Maior Libor VC USD + 5,5%	225.000	362.070	(13.842)	(58.866)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	Menor VC + 8,825%	Maior VC + 8,825%	100.000	183.340	(28.521)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	Maior VC USD + 8%	Menor VC USD + 8%	119.654	208.507	(55.423)	-
					<u>1.393.790</u>	<u>2.217.314</u>	<u>(216.370)</u>	<u>(208.620)</u>
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Libor Menor 2,26%	Libor Maior 2,26%	100.000	156.110	(3.985)	(1.424)
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Menor 2,75%	Maior 2,75%	25.000	39.028	(572)	(5.720)
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Libor Menor 3,0025%	Libor Maior 3,0025%	34.576	53.976	(1.889)	-
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Maior VC USD + 5,72%	Menor VC USD + 5,72%	106.552	182.061	(12.087)	(1.887)
					<u>266.128</u>	<u>431.175</u>	<u>(18.533)</u>	<u>(9.031)</u>
					<u>1.659.918</u>	<u>2.648.489</u>	<u>(234.903)</u>	<u>(217.651)</u>

(1) O valor informado é apurado através do método "Mark-to-Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e da BM&FBovespa

(2) O valor de referência (nacional) não está condicionado a uma operação de hedge. O mesmo apenas é base para os fluxos de pagamento, os quais estão atrelados a taxa Libor (Libor Interbank Offered Rate), que por sua vez está fixada.

(3) Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custódia/liquidação

### 31.6 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE PREÇOS DE "COMMODITIES"

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas "commodities" como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

Há exposições à variação do preço do combustível diesel e gasolina ("energia"), cujas oscilações são decorrentes de fatores externos à Administração.

No intuito de diminuir o impacto das "commodities", a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

A controladora e as suas subsidiárias controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, tendo como contraparte a bolsa CBTO - *Chicago Board of Trade*, cujas entregas físicas ("*deliverable*") dos itens não financeiros são efetivadas. Em 31 de março de 2012, instrumentos financeiros cobriam 5% das necessidades previstas de compra de gado no Brasil; na Keystone 74,5% das exposições de energia e 95,3% de cobertura para a exposição de grãos, para uma necessidade prevista em 2012, sendo nesses dois últimos realizados em nome de seus clientes.

### 31.7 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa n.º 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	619.503	422.367	1.211.295	1.076.820
Aplicações Financeiras	947.612	877.065	2.109.833	2.400.140
Valores a receber - clientes nacionais	148.050	193.588	1.075.827	1.032.510
Valores a receber - clientes internacionais	122.998	187.634	249.398	270.396
Outros valores a receber	12.901	19.954	170.108	168.538
<b>Total</b>	<b>1.851.064</b>	<b>1.700.608</b>	<b>4.816.461</b>	<b>4.948.404</b>

### 31.8 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO CAMBIAL

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 74% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "hedge" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
			Efeitos no resultado
			Variação cambial
Descrição	31/03/12	31/12/11	2012
<b>EXPOSIÇÃO</b>			
<b>OPERACIONAL</b>			
Contas a receber	238.481	451.855	(56.325)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(112.181)	(262.776)	449
Importações a pagar	(26.573)	(45.560)	1.545
<b>Subtotal</b>	<b>99.727</b>	<b>143.519</b>	<b>(54.331)</b>
<b>FINANCEIRO</b>			
Empréstimos e financiamentos	(3.704.954)	(3.838.276)	138.456
Títulos a pagar	(3.517)	(3.517)	(540)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	158.785	243.312	(8.915)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.549.686)</b>	<b>(3.598.481)</b>	<b>129.001</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(3.449.959)</b>	<b>(3.454.962)</b>	<b>74.670</b>
Variação cambial ativa			140.450
Variação cambial passiva			(65.780)
Variação cambial líquida			<b>74.670</b>

(\*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado
			Variação cambial
Descrição	31/03/12	31/12/11	2012
<b>OPERACIONAL</b>			
Contas a receber	620.006	924.177	(101.873)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(366.744)	(651.535)	449
Importações a pagar	(149.250)	(116.832)	5.031
Outros	10.492	4.125	(10.366)
<b>Subtotal</b>	<b>114.504</b>	<b>159.935</b>	<b>(106.759)</b>
<b>FINANCEIRO</b>			
Empréstimos e financiamentos	(8.809.321)	(8.611.286)	153.356
Títulos a pagar	(30.288)	(25.187)	57.614
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	364.459	637.696	(10.410)
Outros	(1.679)	(11.436)	864
<b>Subtotal</b>	<b>(8.476.829)</b>	<b>(8.010.213)</b>	<b>201.424</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(8.362.325)</b>	<b>(7.850.278)</b>	<b>94.665</b>
Variação cambial ativa			217.314
Variação cambial passiva			(122.649)
Variação cambial líquida			94.665

(\*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

As posições de derivativos em aberto em 31 de março de 2012 são apresentadas abaixo:

Instrumento	Registro	Vencimento	Termo	Moeda Comprado	Moeda Vendida	Valor de referencia USD (nocional)	Valor de referencia R\$ (nocional)	31/03/12
								Valor justo a receber (-) pagar (1) - R\$ - Mil
NDF	CETIP	30/04/12	1,820	R\$	US\$	20.000	36.467	(318)
NDF	CETIP	31/05/12	1,829	R\$	US\$	20.000	36.441	(383)
NDF	CETIP	29/06/12	1,835	R\$	US\$	20.000	36.403	(472)
Total						60.000	109.311	(1.173)

(1) O valor informado é apurado através do método "Market to Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da "Bloomberg" e da BM&FBovespa.

### 31.9 MARGENS DADAS EM GARANTIA

A Companhia não possui valor monetário em garantia para as operações de derivativos junto à bolsa de mercadorias e futuros em 31 de março de 2012.

Concomitantemente não possui nenhuma garantia tomada que esteja atrelada aos ativos financeiros.

### 31.10 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de março de 2012, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de março de 2012 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. A fonte de informação foi a Bloomberg.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de março de 2012, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 1,8221. Para a taxa de juros o valor em 31 de março de 2012 para a *Libor* de 1 mês estava em 0,241%, a *Libor* de 3 meses estava em 0,468% e a *Libor* de 6 meses estava em 0,733%.

Seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

CENÁRIO DE STRESS - SWAP

Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(216.371)	(270.463)	(324.556)
Controladas	(18.533)	(23.166)	(27.800)
	<u>(234.904)</u>	<u>(293.629)</u>	<u>(352.356)</u>

\*\* No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

CENÁRIO DE STRESS - TERMO DE MOEDA

Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(1.173)	(29.332)	(41.065)
	<u>(1.173)</u>	<u>(29.332)</u>	<u>(41.065)</u>

\*\* No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

No período findo em 31 de março de 2012, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma despesa de R\$11.744, sendo R\$21.987 relativos às despesas e R\$10.243 relativos às receitas.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Swap	(216.371)	(208.620)	(234.904)	(217.651)
Termo de moedas	1.173	1.830	-	(1.043)
Outros	(2.346)	(2.395)	(8.457)	(25.194)
	<u>(217.544)</u>	<u>(209.185)</u>	<u>(243.361)</u>	<u>(243.888)</u>

### 31.11 VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas utilizam as curvas de mercado da “Bloomberg” de cada derivativo, trazidas a valor presente na data da apuração, para obtenção do valor justo, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O valor justo dos contratos de swap de taxa de juros é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.211.295	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	2.109.833	-
<b>Passivos não circulantes</b>			
Derivativos	-	(234.904)	-
<b>Total</b>	<b>1.211.295</b>	<b>1.874.929</b>	<b>-</b>

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

### **32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do exercício:

Marfrig Alimentos S.A.

Tributo	Controladora		Consolidado		
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(2.223)	8.359	(25.101)	(20.010)	
Adições					
Adições do IRPJ	171.557	130.205	222.586	252.249	
Adições do CSL	171.557	130.205	196.709	240.015	
(-) Exclusões					
(-) Exclusões do IRPJ	(175.505)	(140.517)	(244.516)	(323.464)	
(-) Exclusões do CSL	(175.505)	(140.517)	(247.509)	(323.463)	
Base de cálculo					
Base de cálculo do imposto de renda	(6.171)	(1.953)	(47.031)	(91.225)	
Base de cálculo da contribuição social	(6.171)	(1.953)	(75.901)	(103.458)	
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	55.811	113.353	
Empresas com base negativa	-	-	60.390	113.638	
Base de cálculo ajustada IRPJ	(6.171)	(1.953)	8.780	(20.743)	
Base de cálculo ajustada CSLL	(6.171)	(1.953)	(15.511)	(32.691)	
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(3.428)	(2.139)	
(-) Compensação de base negativa de CSL	-	-	(3.428)	(2.139)	
Base de cálculo após compensação					
Base de cálculo após compensação IRPJ	(6.171)	(1.953)	5.352	(21.688)	
Base de cálculo após compensação CSL	(6.171)	(1.953)	(18.939)	(33.885)	
Imposto de renda (15%)	-	-	1.180	(3.058)	
Adicional (10%)	-	-	(99)	288	
(-) PAT	-	-	190	(14)	
Imposto de renda total	-	-	1.271	(2.784)	
Contribuição social (9%)	-	-	720	203	
	-	-	1.991	(2.581)	
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	4.194	1.584	
Total de tributos	-	-	6.185	(1.924)	
Efeito na Demonstração de Resultados	-	-	6.185	(1.924)	
Tributo	Grupo				
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
		-	-	(5.465)	(4.369)
Imposto recolhido no exterior	Passivo	-	-	4.732	-
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	15.440	11.135	39.116	33.643
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	11.545	-	4.192	4.919
Líquido	Resultado	26.985	11.135	42.575	34.193
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante	-	-	(720)	(731)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	5.558	-	11.712	10.831
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	4.156	4.008	821	932
Líquido	Resultado	9.714	4.008	11.813	11.032

- (1) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas 11 e 22.

### 33. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia tem atuado em seu papel no desenvolvimento e responsabilidade social em todos os países em que opera. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social, o qual é responsável por tais projetos.

Anualmente, a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, nas quais são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa (créditos de carbono) em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murinho, Tangará da Serra, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e São Gabriel.

Em julho de 2011, o Grupo Marfrig concluiu o primeiro inventário de gases do efeito estufa em todas as plantas presentes em 22 países pelo mundo. O inventário traz os dados de emissão de gases CO<sub>2</sub> do Grupo e será o principal guia para que sejam desenvolvidos estudos, realizados projetos e ampliadas as ações com o objetivo de reduzir as emissões. O inventário permitiu à companhia disponibilizar suas informações consolidadas sobre emissões, em nível Brasil, no GHG Protocol Brasil e, em nível global, no CDP - *Carbon Disclosure Project*.

No tocante à compra de gado no Brasil, a Companhia segue a política de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA nº 19, de 2 de julho de 2008 e Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas, bem como na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

A Companhia reitera que adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Conexões Sustentáveis desde outubro de 2008, nos quais a Marfrig se compromete com a manutenção e fiscalização de suas relações comerciais, respeitando códigos de ética e humanitários.

A partir de 22 de junho de 2009 a Companhia se comprometeu a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de áreas do Bioma Amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse sentido, a partir da referida data e por solicitação da Companhia, os auditores independentes realizam procedimentos específicos de revisão das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso assumido.

A Companhia compromete-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais e em especial com o do Estado do Mato Grosso no Programa MT Legal e com a sociedade brasileira no desenvolvimento de um Programa de Garantia de Origem dos Animais, incluindo a adesão de seus fornecedores que fazem a engorda dos bovinos com animais provenientes de outras propriedades para:

- Controlar e a origem dos bovinos para abate de forma a não serem de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constam da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Implantar um plano de controle sobre as propriedades de fornecedores para que estas não adquiram animais de fazendas incluídas na lista de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constem da lista do MTE do trabalho escravo.

Também são objetivos da Marfrig, como parte de sua política de sustentabilidade:

- Desenvolver junto aos pecuaristas as boas práticas socioambientais.
- Implantar o Programa de Impulso Pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que as controladas da Companhia já desenvolvem na Argentina e no Uruguai.
- Disponibilizar os resultados dos programas acima citados para consulta.
- Implantar o cadastramento socioambiental nas propriedades fornecedoras de gado, elevando os padrões de adequação e assegurando o comprometimento com a sustentabilidade em toda a cadeia.

A Companhia reitera que já segue a rígida conduta de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas, agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte e que já adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes.

Mostrando ainda mais nossa real jornada em prol da sustentabilidade, foi criado em Abril de 2011, o Instituto Marfrig de Sustentabilidade, cujo foco de entidade sem fins lucrativos visa apoiar projetos sustentáveis junto às comunidades.

#### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 02 de maio de 2012, a Companhia, em sequência ao fato relevante divulgado em 13 de fevereiro de 2012, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a liquidação em 30 de abril de 2012 da operação de venda do negócio de serviços de logística especializada para redes de serviço rápido de alimentação dos EUA, Europa, Oceania e Ásia de suas subsidiárias Keystone Foods LLC e McKey Luxembourg Sarl. para a empresa The Martin-Brower Company, L.L.C, no valor de USD 390,1 milhões de dólares americanos, recurso estes já disponíveis no caixa da Companhia.

A companhia esclareceu ainda que a liquidação do valor residual de USD 9,9 milhões de dólares americanos se dará após aprovações societárias e legais em curso referentes às operações de Dubai, Emirados Árabes e Malásia e que tem previsão de conclusão nas próximas semanas.

A venda desses ativos de logística permitirá ao Grupo Marfrig focar estrategicamente em seu negócio principal, que é o desenvolvimento, a produção e a comercialização de alimentos industrializados e de valor adicionado com base em carne de aves, bovina, suína, ovina e de peixes, em escala global.

\* \* \*